



UFRJ

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de História**

FERNANDA SOUZA DE CASTRO

**A repressão aos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro durante a ditadura
civil-militar (1964-1985)**

MONOGRAFIA

Rio de Janeiro

2019

**A repressão aos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro durante a ditadura
civil-militar (1964-1985)**

Monografia apresentada ao Instituto de História
da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
parte dos requisitos necessários à obtenção do
grau de bacharel em História

Orientador(a): Prof. Dra. Andréa Casa Nova Maia (IH/UFRJ)
Coorientador(a): Prof. Dra. Andréa Cristina Barros de Queiroz (DMI/SIBI/UFRJ)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Andréa Casa Nova Maia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Andréa Cristina Barros de Queiroz
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Marieta de Moraes Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro

2019

CIP - Catalogação na Publicação

S355r Souza de Castro, Fernanda
A repressão aos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar (1964-1985) / Fernanda Souza de Castro. -- Rio de Janeiro, 2019.
62 f.

Orientadora: Andréa Casa Nova Maia.
Coorientadora: Andréa Cristina Barros de Queiroz.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Bacharel em História, 2019.

1. Ditadura civil-militar. 2. Repressão. 3. Memória Institucional . 4. UFRJ. I. Casa Nova Maia, Andréa , orient. II. Cristina Barros de Queiroz, Andréa , coorient. III. Título.

Para Márcia e Gabi.

AGRADECIMENTOS

Entendo que nenhuma conquista em nossa vida pode ser considerada um mero feito individual, visto que estamos profundamente imersos em redes de afeto e afinidades. Sem os alicerces que me trouxeram até a UFRJ, ou os laços que aqui estabeleci, essa conquista não seria possível e nem teria tanto significado.

Agradeço sempre em primeiro lugar minha mãe, Márcia, que é uma mulher de força inexplicável. Junto a minha irmã, Gabriela, formamos uma base sólida de amor e amizade. Todas as minhas conquistas, os pequenos passos que dei até aqui, são graças ao suporte que vocês duas me dão sempre. Eu carrego comigo a coragem de três mulheres fortes, e tenho por vocês duas o maior amor do mundo.

Agradeço ainda a duas parcerias essenciais: meu padrasto Marcio e meu cunhado Rodrigo. Obrigado por toda ajuda. Obrigado por sempre ir me buscar no ponto quando eu chegava tarde Marcio. Obrigado por consertar todas as minhas coisas e me ajudar em tudo que eu precisasse Rodrigo. Não temos laços de sangue, mas escolhemos nos reconhecer enquanto família, e sorte a minha!

Agradeço aos grandes amigos que fiz durante essa graduação. Aos meus primeiros amigos, os colegas da turma de 2014.1, muito obrigado pela parceria diária, pelos almoços, pelos trabalhos feitos em grupo. Ao meu lindo grupo de amigos que foi se formando feito uma colcha de retalhos, obrigado por tornar essa experiência mais leve, obrigado pelas conversas na varanda do segundo andar, obrigado pelas noites viradas nos sambas e bares. Eu sei que vocês fazem parte da minha vida depois da UFRJ.

Agradeço também as experiências de estágio e pesquisa que essa Universidade me proporcionou: Bolsista de Iniciação Artística e Cultural na Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (2015); Bolsista do PIBID-História/UFRJ, onde tive o prazer de ser coordenada pelo Fernando Castro e Cinthia Araújo, além de dividir histórias com os alunos do C.E. Antônio Prado Jr.; Bolsista da Comissão de Memória e Verdade, onde pude finalmente me aproximar do meu tema de interesse na graduação; E, por fim, bolsista PIBIC-UFRJ da Divisão de Memória da UFRJ, onde pude me aprofundar no meu tema de pesquisa e desenvolver essa monografia.

Às minhas duas e mais importantes experiências como bolsista dessa instituição, devo todos os meus agradecimentos à minha orientadora Andréa de Barros Queiroz. Obrigado por todo o aprendizado, paciência e parceria que desenvolvemos nesses dois anos trabalhando junto. Sua orientação foi fundamental para o meu amadurecimento enquanto historiadora. Admiro

muito a forma como você lida com a vida e seu ofício, e tenho em você um exemplo de profissional que almejo ser.

Por fim, agradeço a UFRJ e tudo o que essa instituição me proporcionou. Meus anos aqui me ensinaram muito, me apresentaram pessoas, saberes, lugares que hoje entendo com essências na minha formação, como historiadora e como pessoa. Até breve.

RESUMO

Essa pesquisa é um desdobramento da minha experiência como bolsista da Comissão de Memória e Verdade da UFRJ (2018/2019) e como bolsista PIBIC/UFRJ da Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ. O objetivo é analisar os mecanismos coercitivos mobilizados ditadura regime civil-militar (1964-1985), no interior da Universidade, e suas interferências na vida dos atores sociais imbricados no cotidiano universitário, mais especificamente, o expurgo político de professores desta instituição. Além disso, apresentarei a pluralidade de relações estabelecidas entre o quadro de servidores da UFRJ e o regime, as quais, mais do que uma dicotomia entre repressão e resistência, são permeadas por negociações, acomodações e pelo colaboracionismo.

Palavras-chaves: Ditadura civil-militar; Repressão; Memória Institucional; UFRJ

ABSTRACT

This research is an offshoot of my experience as a Fellow of the UFRJ Truth and Memory Commission (2018/2019) and as a PIBIC / UFRJ Fellow of the Institutional Memory Division. The objective is to analyze the coercive mechanisms mobilized by the civil-military regime (1964-1985), inside the University, and their interferences in the life of social actors imbricated in the university daily life, more specifically, the political purge of teachers of this institution. In addition, I will present the plurality of relations established between the UFRJ staff and the regime, which, more than a dichotomy between repression and resistance, are permeated by negotiations, accommodation and collaborationism.

Keywords: Civil-military Dictatorship; Repression; Institutional Memory; UFRJ

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A UFRJ E A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1965)	12
2.1 O imediato pós-golpe: a Operação Limpeza	14
2.2 A Reforma Universitária de 1968: Modernização conservadora e autoritária	18
2.3 O acirramento político: O AI-5 e o Decreto-Lei 477	26
2.4 A vigilância nos campi: As Assessorias de Segurança e Informações das universidades	31
2.5 O processo de abertura política	33
2.6 A Comissão de Memória e Verdade da UFRJ	37
3. OS PROFESSORES ALVOS DA REPRESSÃO	39
3.1 A primeira onda repressiva	41
3.2 A segunda onda repressiva	48
3.3 Uma análise sobre os expurgos políticos dos professores da UFRJ	53
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
5. REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa analisou os impactos dos dispositivos repressivos mobilizados pelo governo militar, instaurado em 1964, sobre a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mais especificamente, de que maneira as estratégias e medidas oficiais utilizadas para estabelecer um controle ideológico do ambiente acadêmico atingiu o corpo docente desta instituição.

Esse tema é um desdobramento da minha experiência enquanto bolsista da Comissão de Memória e Verdade da UFRJ, criada em Julho de 2013, com o intuito de investigar os impactos do regime militar e das violações dos direitos humanos no interior da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As análises feitas durante esse período foram aprofundadas, posteriormente, em minha prática de iniciação científica junto a Divisão de Memória Institucional da UFRJ (SIBI), no projeto de pesquisa “A UFRJ e a Ditadura Militar”, no qual eu pude me debruçar sobre o tema dos docentes expurgados durante este regime de exceção.

As pesquisas desenvolvidas junto a DMI/SIBI/UFRJ tem como principais fontes os jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Foi a partir das informações recolhidas durante esse processo de levantamento de informações sobre a UFRJ junto aos periódicos da época, que entrei em contato com muitos assuntos que introduziram alguns aspectos presentes nessa pesquisa.

As fontes mobilizadas nessa pesquisa, portanto, se dividiram em dois eixos principais: os documentos institucionais da Universidade, como: as atas do Conselho Universitário (CONSUNI) e os Boletins da UFRJ. Esses documentos não foram suficientes para esclarecer os objetivos da pesquisa, sendo necessário recorrer a um segundo eixo de análise: a imprensa. Foram utilizados os jornais em circulação na época, que hoje se encontram em domínio público na Hemeroteca da BN. O Jornal do Brasil e o Correio da Manhã foram os principais periódicos mobilizados, bem como veículos de informações oficiais do governo, como o Diário Oficial.

Alguns conceitos que permeiam essa produção são, também, meandros dessa experiência. Ao me debruçar sobre a construção da memória de um passado autoritário no interior da UFRJ, proponho a compreender as disputas de narrativas presente nessa construção. Esse conflito de memórias, o qual Michel Pollak (1992) utilizou para compreender o trabalho de enquadramento de memória e de manutenção da memória, que consistiria no ato de privilegiar acontecimentos, datas e personagens dentro de determinada perspectiva na constituição de memórias de partidos políticos, sindicatos ou outros tipos de organizações e instituições.

Esse trabalho de enquadramento da memória, cujo Pollak se refere, constituiu na UFRJ uma memória de resistência à ditadura. Contudo, a partir de esforços recentes, e a avanços, ainda que tardios, no processo de justiça de transição brasileiro – descrito pelo historiador Carlos Fico (2012) por seu caráter inconcluso, que traduz-se na ausência de uma verdadeira ruptura – que resultaram na instalação na Comissão Nacional da Verdade (2012) e, no âmbito institucional, a Comissão de Memória e Verdade da UFRJ (2013), observamos uma mudança na abordagem institucional quanto ao esforço de enquadramento da memória desse passado autoritário.

Ao longo desses vinte e um anos de regime militar, a UFRJ foi permeada pelas ações repressivas do Estado autoritário, bem como, por negociações e colaboracionismos por parte de membros do corpo universitário. Essa relação complexa, que não deve ser reduzida a uma dicotomia repressão *versus* resistência, se traduziu em momentos de graves acirramentos políticos, como o Ato Institucional n.5 e o Decreto-Lei 477; pela intervenção norte-americana; importantes reformas para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro; e em conquistas da oposição, como a Lei de Anistia de 1979, que possibilitou a volta dos professores expurgados pelos dispositivos repressivos do regime militar.

A criação da CMV-UFRJ inaugurou, ainda, a ideia de dever de memória na Universidade. Para além de reconhecer a complexidade do regime civil-militar no interior da instituição, faz-se, agora, necessário a elaboração de medidas práticas na intenção de reparação, e na consolidação de políticas em prol da memória e da verdade.

Dito isso, esse trabalho voltou-se, principalmente, como dito anteriormente, ao corpo docente da Universidade Federal do Rio Janeiro, essencialmente sobre aqueles que foram afastados de seus respectivos cargos durante o período militar. Tal período é compreendido entre o imediato pós-golpe, no qual muitos professores foram afastados pela intitulada “Operação Limpeza”, até 1985, quando a autonomia foi restaurada com a eleição de um novo reitor sem a tutela do então governo.

Foram utilizadas como fontes para o levantamento da trajetória institucional e dos professores expurgados da Universidade os documentos institucionais, como boletins e atas, juntamente com publicações da imprensa da época. Contudo, algumas lacunas foram encontradas, e foram necessárias fontes complementares para obtenção de uma informação coesa. A UFRJ apresenta uma considerável ausência de documentos relativos aos anos do regime, como por exemplo, as atas do Conselho Universitário (CONSUNI) que se encontram desaparecidas desde o final dos anos de 1960 até os anos iniciais dos anos de 1970.

Ao elucidar a trajetória da UFRJ durante o regime civil-militar, sob o enfoque dos impactos dos mecanismos de exceção sobre o corpo docente da instituição, buscou-se compreender de que maneira os expurgos de professores repercutiram na produção e no meio acadêmico da época. E, ainda, analisou-se o possível esvaziamento intelectual, político e cultural que essas ações autoritárias promoveram dentro da UFRJ. Entendendo que tal esvaziamento foi agravado de maneira concreta pelo expurgo de profissionais dos quadros de professores, mas que também foi impactado por um grande número de estudantes expulsos, bem como por medidas coercitivas e mecanismos de vigilância constante, que disciplinavam e limitavam a rotina universitária, com o cerceamento da liberdade de pensamento e produção ocasionado pelos mecanismos de filtragem ideológica construídos pelo regime.

Para isso, no primeiro capítulo, será organizado um panorama da trajetória da UFRJ durante a ditadura, sendo possível observar de que maneira o autoritarismo estatal esteve e continuará imbricado no curso da história desta Universidade. Para além do autoritarismo, também é objetivo deste capítulo dar conta da complexidade das relações estabelecidas durante esse período, e de que maneira as ambiguidades e paradoxos do regime militar se manifestaram dentro do ambiente acadêmico.

Feito este panorama, o segundo capítulo irá se debruçar de maneira mais específica sobre a problemática dos professores que perderam seus cargos na UFRJ em consequência da repressão política. Será apresentado um quadro geral dos professores atingidos pelos expurgos, explicitando as áreas as quais estavam atrelados e sob quais mecanismos foram excluídos dos quadros da Universidade. A partir desse levantamento, será possível tecer análises sobre os interesses dos personagens imbricados na gestão da UFRJ, bem como nos rumos da “modernização conservadora” promovida pelo governo militar.

Ao longo deste trabalho foi esmiuçada a relação estabelecida entre a maior Universidade Federal do Brasil e o regime civil-militar, uma trajetória multifacetada, atravessa pelo autoritarismo, mas também por relações de coadunação, promovidas por processos de adesão explícita e por acomodações. Essa complexidade é traduzida em um período de cerceamento político, desmonte de uma parte da intelectualidade e da liberdade de pensamento, mas também pela reestruturação da universidade brasileira e pela modernização e organização das políticas do ensino superior no Brasil.

2. A UFRJ E A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1965)

O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama da relação que se estabeleceu entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o governo militar inaugurado pelo golpe de 1964. Buscando entendê-la dentro de toda a sua complexidade, que, para além da dicotomia repressão *versus* resistência, também é permeada por negociações e pelo colaboracionismo.

O controle do ambiente acadêmico era compreendido como de suma importância para o governo militar, visto que as universidades ocupavam um lugar estratégico no desenvolvimento econômico do país, bem como o papel social desempenhado por elas. Além de garantirem a formação de mão de obra qualificada para as novas demandas econômicas em curso, eram responsáveis pela formação intelectual de grupos da elite, e, por isso, tamanho interesse no controle ideológico da rotina universitária.

A estreita relação entre UFRJ e o poder estabelecido, e com o autoritarismo estatal não foi algo inaugurado pelo regime civil-militar. A Universidade tem sua origem em 1920 (Decreto 14.343, de 7 de setembro de 1920), contudo, o surgimento do embrião da UFRJ, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), deu-se da reunião de instituições pré-existentes: no ano da transmigração da Família Real para o Brasil é criado, por Decreto de 5 de dezembro de 1808, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Em 1810, por meio da Carta Régia de 4 de dezembro, é instituída a Academia Real Militar, inaugurada em abril do ano seguinte. Foi nessa Academia que se implantou o núcleo inicial da atual Escola de Engenharia da UFRJ. (FÁVERO, 2006, p.20-21). Em 1882, foi criada a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e, em 1891, a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal. Estas duas instituições eram de caráter privado. Foi a fusão destas duas instituições que originaram a Faculdade de Direito da futura Universidade do Rio de Janeiro. (QUEIROZ, 2018)

O Presidente Epitácio Pessoa (mandato 1919-1922) instituiu a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características. Isto é, na prática as suas escolas encontravam-se dispersas espacialmente e funcionavam independentemente, não estabelecendo sequer relações orgânicas. (QUEIROZ, 2017)

Em 1937, já em período de ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), a URJ foi transformada em Universidade do Brasil (UB). A política autoritária e centralizadora

esteve presente na constituição das disposições gerais da Universidade, como a ausência de autonomia desta em relação ao Governo Federal. (QUEIROZ, 2017) A partir desta transmutação (Lei 452/37), perante essa forte tutela estatal, a Universidade do Brasil apresentou-se como um paradigma às demais universidades brasileiras, reunindo a elite intelectual que assumiria os rumos do desenvolvimento nacional.

Foi durante o primeiro governo Vargas, inclusive, que podemos observar as primeiras discussões em torno de um projeto de cidade universitária, porém, apenas em 1953, Getúlio Vargas, durante sua gestão democrática, inaugurou a primeira unidade, o prédio do Instituto de Puericultura e Pediatria (IPPMG), daquela que iria se tornar a Cidade Universitária da UFRJ.

Sobre as inaugurações da Cidade Universitária da UFRJ, observamos uma interessante disputa de narrativas. Após o suicídio de Vargas, em 1954, com as restrições orçamentárias advindas das sucessivas crises econômicas, bem como a mudança da capital para Brasília, em 1960, e o deslocamento progressivo do eixo de decisões políticas para a nova capital, as obras da Cidade Universitária foram sucessivamente interrompidas. E apenas foram retomadas durante o período da ditadura civil-militar, com a maioria das pretensões iniciais deixadas de lado. Assim, a sua nova entrega simbólica à sociedade – entendida como uma reinauguração -, foi realizada pelo Presidente Militar Emílio Garrastazu Médici durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência em 7 de setembro de 1972.

Segundo Maria de Lourdes Fávero, a Universidade do Brasil viveu sob o controle explícito dos poderes instituídos, caracterizado pela organização monolítica do Estado, sem qualquer autonomia. Para a autora, houve uma exacerbada centralização de todos os serviços de educação, decorrendo daí a concepção de que o processo educativo poderia ser objeto de estrito controle legal. (FÁVERO, 2000, p.53)

Em 1965, já em contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), a UB passou a designar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passando por uma transformação modernizante em tempos de regime autoritário. (QUEIROZ, 2017) Fávero salientou que a padronização do nome das instituições universitárias federais¹ ocorreu em virtude do contexto autoritário em que o país vivia. Esta conformação pela reunião de escolas pré-existentes, dispersas, bem como a intenção totalizadora e elitista marcaram profundamente a origem e trajetória da UFRJ (FÁVERO, 2007, p.23), incorporando, “assim, desde sua fundação, aqueles

¹ Lei nº 4.759, sancionada em 20 de agosto de 1965, a qual dispôs no artigo 1º que “as Universidades e Escolas Técnicas Federais da União, vinculadas ao Ministério de Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado”

que são até hoje seus traços constitutivos: retardatária, fragmentada, patrimonialista e elitista – traços esses que se reproduziram o longo do tempo” (UFRJ, 2006: 17).

2.1 O imediato pós-golpe: a Operação Limpeza

Com a vitória das forças golpistas, antes mesmo que se definissem os novos rumos do país - e das políticas universitárias - o expurgo dos derrotados já era uma prioridade. E junto aos opositores políticos e o movimento operário e sindicalista, as instituições universitárias constituíam alvos prioritários ao novo governo.

Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos do proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista, o perigo iminente de que o Brasil deveria ser salvo, e que mobilizou muitos, sobretudo nas corporações militares, a se levantar em armas contra o governo Goulart, acusado de tolerar ou, pior ainda, de se associar aos projetos revolucionários. (MOTTA, 2014, p.23)

Como é possível notar nos discursos construídos sobre esse processo, a reação ao processo de “esquerdização” e o “anticomunismo” foram os principais argumentos que impulsionaram os diferentes grupos que apoiaram o golpe. Essa linha argumentativa permitiu conferir uma maior gravidade ao quadro político brasileiro, inscrevendo a situação num contexto mais amplo marcado pelas polarizações da Guerra Fria.

De fato, desde os anos de 1950, as ideias da esquerda ganharam força dentro das instituições universitárias, principalmente entre os estudantes. Na década de 1960, a UNE já se apresentava como uma influente representação frente às pautas políticas da época. O argumento do “anticomunismo” onipresente nos discursos dos vitoriosos de 1964 não era ideológico, pois as entidades comunistas possuíam faixa de influência importante junto às lideranças estudantis.

Se entre os alunos, as ideias de esquerda apresentavam bastante receptividade, entre os professores o cenário não era o mesmo. Fomentado pela então organização em cátedras vitalícias da instituição, o meio acadêmico e os quadros de professores eram marcados pelos fortes laços com valores conservadores. Havia docentes com opiniões progressistas, alguns até engajados na militância política do PCB, contudo, os docentes sensíveis ao apelo da esquerda representavam franca minoria nos meios universitários antes de 1964.

Paradoxalmente, o número de professores que se engajou com as ideias de esquerda aumentou durante os anos de regime civil-militar, bem como o número de professores afastados dos seus cargos pela repressão política. Isso se deve principalmente pelo recrudescimento da repressão ao longo dos governos militares, que teve como auge os anos finais da década de 1960, e os iniciais da década de 1970. Sobre isso, trataremos mais à frente.

A expressão “Operação Limpeza” mobilizada principalmente pelo historiador Rodrigo Patto de Sá Motta, “foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público adversários recém derrotados - comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros”. (MOTTA, 2014, p.25)

Segundo dados recolhidos na embaixada e em alguns consulados estadunidenses pode-se estimar um número entre 20 mil e 30 mil pessoas detidas no momento do golpe (MOTTA, 2014, p.26). A maioria foi solta, após breve interrogatório. Em maio de 1964, estimava-se que algo entre mil e 3 mil pessoas permaneciam encarceradas. Dentre esses, não é possível estimar ao certo quantos eram estudantes e professores universitários, mas pode-se afirmar, contudo, que o quantitativo de presos associados aos meios acadêmicos foi bastante expressivo.

Em relação à UFRJ, há escassos registros de professores presos neste primeiro momento. O professor Manoel Isnard Teixeira, da Escola de Enfermagem da UB, foi preso nos primeiros dias, assim como o físico Plínio Sussekind. Já o físico José Leite Lopes, foi detido alguns meses depois, em agosto, quando tentava requerer seu passaporte na polícia carioca. Também decorreram professores que, apesar de não serem detidos pelas forças militares, foram afastados de seus cargos na instituição, como o professor Álvaro Borges Vieira Pinto, que teve seus direitos políticos suspensos em junho de 1964 e foi demitido da Universidade em outubro do mesmo ano. Sobre os expurgos de professores, veremos de forma mais detalhada no próximo capítulo.

Em relação ao encarceramento, alguns professores apontaram que a violência física não foi a principal estratégia utilizada neste primeiro momento, sendo a violência psicológica empregada de maneira mais incisiva nos interrogatórios.

Muitos dos professores e alunos que foram presos e depois liberados pelos agentes do Estado, puderam retornar às suas respectivas ocupações nas instituições universitárias. Diferente do que vamos observar que aconteceu no final dos anos de 1960, quando uma nova onda expurgos irá marcar a rotina universitária, e serão criados dispositivos legais que, além de expulsar os elementos “subversivos”, vão garantir que os mesmos não retornem ao serviço público e, alguns casos, até mesmo a cargos privados.

Com a consolidação do governo golpista, apesar de uma ausência de um projeto de gestão para as universidades, esses primeiros expurgos políticos deram o tom de como seria o clima dentro dos espaços acadêmicos. Apesar disso, as relações que permeavam as instituições de ensino superior não passaram apenas pelos métodos coercitivos.

Ao tratar dessa complexidade, o historiador Rodrigo Patto de S. Motta defende que “é preciso destacar os setores acadêmicos que apoiaram a intervenção militar nas universidades,

assim como nos meios culturais, e que forneceram quadros para o Estado autoritário ao longo dos anos seguintes.” (MOTTA, 2014, p. 33)

No caso da UFRJ não é possível calcular o número de professores e intelectuais, e até mesmo alunos, que se engajaram em garantir os interesses do regime e de seus apoiadores no interior na Universidade. Além de gestores que corroboravam para a consolidação das políticas autoritárias na instituição, houve também o papel dos censores e agentes infiltrados nos departamentos e nas entidades estudantis. Entre os principais nomes, podemos destacar os ex-reitores Raimundo Muniz de Aragão, que teve papel importante nas negociações em torno da Reforma Universitária de 1968; e Djacir Menezes, que tem seu mandato enquanto reitor durante o grave acirramento político marcado pelo Ato Institucional n.5 e o Decreto-Lei 477, momento com maior número de expurgos políticos de alunos e professores.

Outra personalidade emblemática do colaboracionismo na UFRJ é o professor Eremildo Vianna. Este ficou conhecido pelo seu empenho em denunciar colegas docentes que, segundo ele, estariam promovendo uma “célula comunista” na então Faculdade Nacional de Filosofia. Um segundo episódio foi a sua participação da invasão, junto a tropas militares, da Rádio MEC, “então dirigida por Maria Yedda Linhares, a pretexto de que lá existia um foco de agitação e estavam armazenadas armas para desencadear atos subversivos. Nas semanas que se seguiram, Maria Yedda foi afastada, e Eremildo Viana passou a ocupar seu lugar.” (FERREIRA, 2014, pp. 32-37)

O caso da invasão da Rádio MEC explicita uma importante faceta das disputas entre as lideranças intelectuais, na qual, em algumas situações, as divergências políticas-ideológicas se atrelaram com conflitos internos às instituições, articulado também interesses particulares. Maria Yedda Linhares e Eremildo Viana compunham o quadro de professores do curso de História, e sua relação não muito amistosa não foi inaugurada pelo golpe. Eremildo perseguiu Maria Yedda e alguns outros professores devido suas condutas mais progressistas, e também pelo espaço conquistado dentro da Universidade e do curso de História. Eremildo chegou a enviar inclusive, logo após o golpe, uma carta onde ele denuncia 44 professores, entre esses constava o nome de Maria Yedda Linhares. Com o claro apoio de Eremildo ao governo, ele chegou a ocupar o cargo de diretor do IFCS. Corroborando assim, para um clima de vigilância constante, bem como, para o atraso do desenvolvimento do curso de História da UFRJ. O historiador Rodrigo Motta vai categorizar esse movimento como “adesão oportunista”.

Quanto a intervenção do governo militar junto às reitorias das instituições, essa verificou-se sob o esforço de respeitar certas normas institucionais. É evidente que, caso o gestor se recusasse a colaborar com as ações repressivas, acabava sendo afastado de seu cargo.

Contudo, o desligamento de reitores atingiu parte minoritária das universidades. Além disso, nenhuma universidade sofreu uma intervenção mais direta por parte do governo, como a imposição de um gestor militar.

A fachada de legalidade foi um empenho da ditadura civil-militar, principalmente em seus primeiros anos. Na UFRJ, a fim de uma maior margem de controle sobre a eleição do reitor, criou-se um mecanismo que expandiu a lista tríplice de candidatos, para seis nomes. Dessa forma, o poder executivo poderia escolher sob um leque maior de opções aquele que melhor servisse aos seus interesses na instituição. Somente em 1985 observamos a volta da lista tríplice e a garantia da autonomia universitária no processo eleitoral.

Sobre os procedimentos “inquisitoriais” e os mecanismos utilizados para fundamentar os expurgos políticos, podemos citar, principalmente, os Inquéritos Policial-Militares (IPMs), marcados por seus procedimentos arbitrários e pelo radicalismo de seus condutores. Muitos alunos e professores - majoritariamente aqueles ligados às áreas das humanidades - foram fichados nesses inquéritos.

Com centenas de inquéritos espalhados pelas diversas instituições, o então governo decidiu criar um órgão sob a tentativa de compilar e organizar todos os IPMs, bem como agilizar as investigações. A Comissão Geral de Investigação foi criada ainda em abril de 1964, e cumpriria esse papel.

Esses procedimentos de investigação foram criados a partir do primeiro Ato Institucional - editado em 9 de abril de 1964), sobretudo, em decorrência do artigo n.º 7 que decretava a suspensão por seis meses as “garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade”, para permitir a demissão e aposentadoria compulsória de servidores que “tenham atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade administrativa pública”.

Sob a orientação do MEC, foram criadas Comissões Gerais de Investigação no interior das universidades. Ficou sob responsabilidade da comissão operar às investigações necessárias à realização do expurgo do serviço público, mas o decreto permitia aos ministérios tomar a iniciativa também, algo que o MEC já vinha fazendo. No que toca especificamente às universidades, a portaria do MEC não entrava em detalhes sobre o funcionamento das comissões, e coube aos dirigentes locais definir seus parâmetros.

Na, então, Universidade do Brasil - UB (atual, UFRJ), a reitoria nomeou uma comissão de inquérito presidida por um general, Acyr da Rocha Nóbrega. Apesar da liderança militar, a comissão concluiu suas investigações sem indicar culpados de “subversão” nos quadros dos

professores. Aqueles que foram demitidos ou aposentados nesse primeiro momento, foram afastados diretamente por determinação do MEC.

Em relação ao corpo discente, a situação não foi a mesma. Se tratando de UFRJ, a Faculdade Nacional de Filosofia foi o principal foco desta comissão. Ainda no primeiro semestre de 1964, dezenove estudantes da FNFi foram expulsos da faculdade, acusados de infração aos regulamentos da instituição em atividades políticas realizadas no período pré-golpe. (MOTTA, 2014, p.31)

No final desta primeira onda de expurgos, considerando o quadro nacional, pode-se estimar um número aproximado de cem professores punidos, entre demitidos e aposentados. Na UFRJ, nesse primeiro momento, a lista de professores afastados gira em torno de dez nomes.

Os anos seguintes, entre 1965 e 1968, foram marcados pela tentativa por parte do regime de criar um clima de normalização, tanto na vida política, quanto no interior das universidades. Na rotina universitária observamos a reorganização do movimento estudantil (ME), que irá se consolidar como principal força de oposição ao governo. O ME também irá se fazer presentes nas disputas em torno das pautas debatidas para a reforma universitária.

2.2 A Reforma Universitária de 1968: Modernização conservadora e autoritária

Os debates sobre uma necessária reforma no ensino superior brasileiro são anteriores ao golpe e ao governo civil-militar instaurado por ele. Tal reforma estava incluída no pacote de reformas estruturais defendidas pelo então presidente João Goulart - chamadas “reformas de base” -, que foram alvos de críticas por apoiadores do golpe, sendo utilizadas como desestabilizador político e social do governo de Jango.

No entanto, o que vamos observar será a continuidade dessas pautas modernizadoras durante o regime militar. Claro que descaracterizadas de um compromisso social, e muito mais interessadas em garantir o interesse das elites empresariais, bem como o desenvolvimento econômico do país.

As disputas em torno da Reforma Universitária vão denunciar o caráter heterogêneo dos grupos que apoiaram o movimento golpista de 1964, bem como a ausência de um projeto para o novo governo. Entre o corpo universitário, era unanimidade a opinião sobre a necessidade de uma reforma que promovesse a modernização da academia brasileira, contudo haviam graves divergências sobre como esta modernização seria feita.

A experiência de reformas anteriores expõe a resistência de setores privilegiados ligados à carreira acadêmica a mudanças substanciais na estrutura básica das universidades brasileiras.

Entre esses setores destacam-se os professores catedráticos - que possuíam cargos vitalícios, melhores remunerações, e total controle de suas respectivas áreas de saber -, e os alguns dirigentes mais conservadores.

Um exemplo de objeção a mudanças que modernizassem a estrutura da Universidade foi a dificuldade imposta na criação de laboratórios de pesquisa no interior das universidades ao longo das reformas feitas no primeiro governo de Getúlio Vargas². Por vezes, optou-se pela criação de institutos de pesquisa externos às faculdades, como no caso do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), fundado em 1949.

A extinção do sistema de cátedras foi uma das principais pautas da Reforma de 1968, visto que a manutenção de privilégios desses professores refletia na precarização dos demais docentes da instituição, como também em uma escassa produção de pesquisa e conhecimento.

Sobre os docentes à margem da organização em cátedras, havia os professores mais jovens que apoiavam as demandas reformistas. Esses professores mais jovens correspondiam aos que estavam excluídos do sistema de poder da Universidade, ou seja, aqueles não tão bem remunerados. Figuravam ainda nesse grupo os professores que, apesar das grandes dificuldades, se dedicavam à pesquisa. Esses professores mais jovens se empenharam, portanto, em extinguir as cátedras e em implantar o sistema de departamentos. Com isso, buscam dinamizar a relação entre docência e pesquisa no interior das faculdades.

Mediante a um esforço de reorganização do movimento estudantil após o golpe, o engajamento de estudante nas disputas pelas pautas da reforma foi bastante significativo. Na busca por uma universidade mais crítica e popular, as reivindicações dos alunos se centravam em torno da expansão efetiva do acesso às universidades.

Entre os setores liberais da direita predominava o diagnóstico do arcaísmo das universidades e discursos modernizantes, em defesa de mudanças urgentes. Contudo, essa modernização do ensino superior deveria vir acompanhada de um esforço de despolitização dos espaços acadêmicos.

Entre os reformistas ligados à direita liberal, a intenção não era reformar as universidades em qualquer sentido “popular”, mas torná-los mais eficientes e produtivas, visando a formação de quadros para o desenvolvimento econômico e a administração pública.

Segundo Rodrigo Patto de Sá Motta (2014, p.72),

os valores liberais influenciaram o debate sobre a questão universitária ainda em outro aspecto importante: fortaleceram as críticas à tradição bacharelesca de nossas universidades e, mais especificamente, ao elevado número de estudantes matriculados em cursos de humanidades, superior às vagas destinadas às áreas científica e

² Reforma implantada em 1931 pelo Ministro da Educação do Estado Novo, Francisco Campos.

tecnológica. Os técnicos com formação em economia, cuja opinião ganhou muito peso nos governos militares, enfatizavam a importância de inverter essa tradição e aumentar a proporção de estudantes das áreas da ciência e tecnologia, a fim de atender às necessidades da indústria, das atividades produtivas e da própria máquina do Estado. A ênfase no ensino técnico, em detrimento da tradição humanista, seria acompanhada, naturalmente, da devida priorização dos gastos.

Um dos principais nomes ligados à UFRJ que atuou junto ao MEC no planejamento e gerenciamento dessas mudanças estruturais nas universidades, foi Raimundo Muniz de Aragão, professor e Reitor³ da UFRJ. Muniz de Aragão ocupou algumas funções no MEC, se tornando Ministro da Educação entre 1966-1967.

Para além dos técnicos da economia, funcionários do MEC, e os gestores universitários, a intervenção norte-americana na educação também exerceu decisiva influência sobre as políticas pensadas para o ensino superior brasileiro.

Em contexto de Guerra Fria, o interesse dos Estados Unidos na modernização das universidades brasileiras estava para além do aspecto econômico, repousando também sobre o esforço de frear a proliferação dos ideais da esquerda no interior das faculdades, esvaziando dos meios acadêmicos de qualquer apelo revolucionário.

Os acordos MEC-USAID⁴ vão traduzir esse esforço estadunidense. A partir de 1965, a agência americana voltada para o desenvolvimento internacional - ou seja, para financiar projetos em países e áreas estratégicas, na visão dos EUA -, passou a participar das discussões sobre a modernização das universidades.

Concebida como estratégia de hegemonia, a intervenção da USAID na América Latina se processa de modo integrado, na década de 1960, em várias áreas e sob três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares. (FÁVERO, 1994, pp. 152-153)

Outra forma de intervenção norte-americana foi o Plano Atcon, como ficou conhecido, que tratava-se de um documento que resultou de estudo realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon, entre junho e setembro de 1965, a convite da Diretoria do Ensino Superior do MEC, preconizando a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada num

³ Reitor UFRJ 1967-1969.

⁴ Para coordenar a aplicação do projeto modernizador encampado pela administração pública de John Kennedy, sobretudo os programas vinculados à Aliança do Progresso, foi criada em 1961 a United States Agency for International Development, a Usaid. (MOTTA, 2014, p.115)

modelo cujos princípios básicos deveriam ser o rendimento e a eficiência (ATCON, 1966). (FÁVERO, 2006, p.30)

O rumo assumido pela Reforma de 1968 sofreu influência determinante dos prognósticos realizados pela USAID, assim como pelos apontamentos do Plano Atcon. Entre eles, pode destacar: defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centro de estudos básicos.

O Decreto-Lei n.53⁵ (18 de novembro de 1966) e o Decreto-Lei n.252⁶ (28 de fevereiro de 1967) são os marcos iniciais da vasta legislação que estabelece medidas para reestruturação das universidades brasileiras. Esses decretos foram encabeçados por Muniz de Aragão, na época Ministro da Educação. Ao assumir o cargo de Reitor da UFRJ em 1967, teve papel decisivo na dinamização da reforma na instituição, principalmente na criação dos primeiros institutos centrais.

O Decreto n. 53 estabelecia a unidade entre ensino e pesquisa, resolvendo divergências existentes sobre a melhor forma de articular as duas atividades. Com o decreto, ficou definido que caberia às universidades dedicar-se às duas simultaneamente.

Outro aspecto importante sobre o Decreto n.53 era a

consagração do princípio de vedar “a duplicação de meios para fins idênticos”, o que implicava na reorganização das cátedras entre as diferentes unidades universitárias, que poderiam ser institutos, escolas ou faculdades (posteriormente algumas instituições optaram por chamar suas unidades de “centro”). O texto deixava implícita a intenção de redefinir as antigas faculdades de filosofia e ciências com a criação de novas unidades, de preferência institutos, destinados às ciências naturais (física, biologia, química, etc.), até então abrigadas na filosofia. As universidades teriam 180 dias para se reestruturar, fazendo as adaptações necessárias, e o artigo n.10 trazia uma advertência: o governo privilegiaria na distribuição orçamentária as instituições que se adaptassem melhor ao espírito da lei. (MOTTA, 2014, p.79)

O Decreto n.252 teve como principal e decisiva novidade a definição de departamentos como subunidades básicas das universidades, a sua menor fração. De acordo com o historiador Rodrigo Patto de S. Motta (2014, p.79), este Decreto completou o novo desenho institucional das universidades, ao estabelecer as funções do colegiados de curso, responsáveis pela gestão das atividades de ensino, com a participação de representantes indicados pelos departamentos envolvidos nas atividades do respectivo curso. Previa-se também a realização de atividades de

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0053.htm> Acessado em: 10/12/2019.

⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0252.htm> Acessado em: 10/12/2019

extensão no âmbito das universidades, como forma de fazer à comunidade os resultados dos projetos de ensino e pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa foi uma prioridade do regime civil-militar desde os primeiros anos do governo. Ainda em maio de 1964 foi criado o Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (Funtec), vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A primeira beneficiária do Funtec nos meios acadêmicos foi a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe), instituição vinculada a UB (atual, UFRJ) e criada poucos meses antes do Golpe de 1964.

A base inicial da Coppe foi um curso de mestrado em engenharia química organizado em 1963. O principal líder da Coppe foi o professor Alberto Luiz Coimbra, que, apesar de seu protagonismo no desenvolvimento do primeiro programa de pós-graduação da UFRJ, não escapou ao caráter autoritário e conservador intrínseco ao processo de reforma do ensino superior, principalmente em seu ímpeto de despolitizar os espaços da universidade.

Interessado em capacitar o programa, o professor Coimbra não poupou esforços na busca de convênios e patrocínios. Dedicou-se, também, na importação de professores estrangeiros, estabelecendo apoio com a USAID e, mesmo considerando o contexto nacional e internacional, também trouxe para o quadro de professores cientistas soviéticos. Resistiu à pressão de demiti-los, apesar das advertências de assessores da direção da Universidade.

Alberto Luiz Coimbra também sofreu com as perseguições fora dos muros da Universidade também. Foi convocado para depor ao menos três vezes na Polícia Federal e foi fichado, com direito a humilhação. Em outra ocasião, depôs em um inquérito na sede do Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Coimbra sofreu ainda com um sequestro em Ipanema, onde, um carro sem identificação parou ao seu lado. Agentes à paisana mandaram que entrasse. Cobriram seu rosto com capuz e o levaram de carro para um quartel – possivelmente, o Quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Tijuca, onde funcionava o DOI-Codi. Durante esse interrogatório, o professor foi questionado quanto a contratação dos professores soviéticos.

Em 1973, abriu-se um processo administrativo contra ele, a partir de denúncias de três professores da Coppe. O processo administrativo resultou no afastamento do fundador da Coppe após dez anos no comando da instituição e num demorado e doloroso processo que terminou por inocentá-lo. Contudo, o Conselho Universitário decidiu que Coimbra seria proibido de exercer postos de chefia. O fundador da Coppe deixou então a universidade e foi acolhido pelo amigo José Pelúcio Ferreira, então na direção da FINEP, empresa pública

Para frear essa mobilização, o regime realizou esforços para além da repressão. O Projeto Rondon teve como objetivo principal a desmobilização do radicalismo dos estudantes, atraindo líderes para os valores do regime militar. Segundo Motta (2014, p.88),

A intenção era oferecer ao Estado outra alternativa além da repressão aos estudantes: um projeto que atraísse os jovens para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares. Secundariamente, no entanto, a Operação Rondon estava integrada aos planos de interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio do deslocamento de estudantes e professores portadores de novos conhecimentos para áreas isoladas.

Apesar da intenção política, que visava disputar com as organizações de esquerda a simpatia dos estudantes, a Operação Rondon também concretizou importantes legados, como a interiorização das atividades universitárias. O projeto ficou ativo até 1989, após o período de redemocratização.

Contudo, mesmo mediante esse esforço, no ano de 1967, que marca o início da Operação Rondon, os jovens retomaram a coragem de ocupar as ruas em massivas manifestações contra as medidas ditatoriais, processo que se intensificou ao longo do ano de 1968.

O aumento das manifestações observou-se também o aumento das ações repressivas pelos agentes do Estado. Com esse momento do acirramento político com o movimento estudantil, podemos observar uma mudança na principal bandeira dos estudantes, que antes se fixava junto a temática antiamericana, e agora tem como principal a denúncia a violência repressiva. Novas prisões e o aumento da violência policial alimentaram a radicalização dos estudantes, acarretando a aderência de muitas lideranças a luta armada.

Diante desse cenário de crescente radicalização, tinha-se urgência em consolidar o pacote de reformas do ensino superior que, entre outros objetivos, tinha como intuito desarticular o lugar das universidades como principal espaço de recrutamento das organizações de esquerda. Duas foram as medidas principais, que resultaram na legislação definitiva da reforma aprovada no fim de 1968: a chamada Comissão Meira Mattos, criada em dezembro de 1967, e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), instituído em julho de 1968. (MOTTA, 2014, p. 100)

Sobre a Comissão Meira Mattos, Fávero defendeu que ela tinha como intuito principal atuar contra a “subversão estudantil”. (FÁVERO, 2006, p.31) A comissão especial, presidida pelo General Meira Mattos, tinha como finalidades:

a) emitir pareceres conclusivos sobre reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e propor medidas que possibilitassem melhor

aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado.⁷

Segundo Fávero, do relatório final dessa Comissão, algumas recomendações também são ser absorvidas pelo Projeto de Reforma Universitária: fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos.

Contudo, as mobilizações de oposição continuaram a crescer e tomar as ruas, tendo seu ápice no junho/julho de 1968 quando podemos observar manifestações massivas. No Rio de Janeiro ocorreu a reconhecida Passeata dos Cem Mil, no dia 26 de junho de 1968. Tal passeata foi organizada pelo movimento estudantil em repúdio à escalada repressiva observada ao longo daquele ano. Como exemplo da violência estatal pode-se citar a manifestação estudantil em frente ao edifício do Jornal do Brasil que desencadeou um conflito que terminou com três mortos, dezenas de feridos e mais de mil prisões. Aquele dia, 21 de junho de 1968, ficou conhecido como "Sexta-feira sangrenta".

Em julho, houve a criação do já mencionado Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), que cumpriu papel decisivo na elaboração da lei definitiva da reforma universitária que vinha sendo pensada desde 1964. Entre seus membros, figuravam professores que se dedicaram à temática da reforma universitária e técnicos da área econômica.

Para Motta (2014, p.105), parte do sucesso do GTRU em estabelecer projeto de reforma politicamente viável deveu-se a essa conciliação, que atendia às prioridades dos planejadores do governo e, ao mesmo tempo, utilizava linguagem e argumentos aceitáveis nos meios universitários. O prazo surpreendentemente curto entre a criação do grupo de trabalho (julho de 1968) e aprovação da Lei n.5540 (28 de novembro de 1968), menos de cinco meses depois, revela que o conteúdo do projeto representava virtual consenso entre os atores envolvidos.

Com a aprovação da Lei, a Reforma Universitária de 1968 aglutinou as medidas voltadas para a questão universitária, que vinham sendo tomada pelo regime até aquela data, combinando o viés modernizador a intentos autoritários e conservadores.

Motta (2008, p.31) destaca os principais eixos da Reforma, no eixo modernizante, destacam-se: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da

⁷ Comissão criada por meio do Decreto nº 62.024, em 29 de dezembro de 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em:10/12/2019.

iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação.

No seu eixo conservador, a política do regime militar para as Universidades implicou o combate e a censura às ideias de esquerda e tudo o mais considerado perigoso e desviante – e, naturalmente, reprimiu e afastou dos meios acadêmicos os seus defensores; o controle e a subjugação do movimento estudantil; a criação de agências de informação (as AESI) para vigiar a comunidade universitária; a censura à pesquisa, assim como à publicação e circulação de livros; e tentativas de disseminar valores tradicionais através de técnicas de propaganda (murais e panfletos), da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo (chamadas nas universidades de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB) e de iniciativas especiais como o Projeto Rondon. (MOTTA, 2008, p.32)

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRJ de 2011, há uma reflexão sobre os impactos da Reforma Universitária de 1968 para a Universidade. Segundo o documento, a Reforma Universitária da ditadura militar, embora inspirada em modelos que apontavam para maior integração, contribuiu para consolidar a fragmentação, introduzindo novas modalidades, ao promover: a) a pesquisa e a pós-graduação, em detrimento da graduação; b) as engenharias e ciências biológicas em detrimento das ciências sociais e humanas, letras e artes; c) um sistema de créditos truncado, que nunca realizou plenamente o projeto de integração dos institutos básicos e escolas profissionais, ao mesmo tempo em que desmontava as estruturas anteriores (algumas das quais contribuía, de certo modo, para reunir estudantes em turmas); d) uma departamentalização à *outrance* que favoreceu, muitas vezes, a desagregação das velhas escolas profissionais, não raro para constituir, em substituição às velhas cátedras, “feudos” de novo tipo. (UFRJ. PDI, 2011, p.18-22)

2.3 O acirramento político: O AI-5 e o Decreto-Lei 477

Como dito previamente, o ano de 1968 é marcado por massivas manifestações políticas, e, em contrapartida, por um aumento substancial no uso da violência por parte do Estado autoritário. A escalada repressiva observada ao longo daquele ano culminou no Ato Institucional n.5, editado em 13 de dezembro de 1968.

O tema da segurança nacional ganhava cada vez mais espaços nos debates sobre a questão da questão universitária enquanto um desafio político para o Estado militar. Com o clima de radicalidade política, para além da proliferação dos ideais da esquerda, as

universidades passam a ser compreendidas como principal espaço de cooptação de militantes para os grupos de esquerda armada, o que de fato vai se traduzir como verdade.

Maria Helena Moreira Alves (2005, p.171-219) indica que o AI-5 introduziu um novo ciclo de repressão, caracterizado por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, rede de informação e no aparato burocrático do Estado. O Congresso Nacional permaneceu fechado entre dezembro de 1968 a 30 de janeiro de 1969, período em que o Executivo promulgou 13 atos institucionais, 40 atos complementares e 20 decretos-leis que se destinavam a controlar as instituições da sociedade civil, tendo como o mais importante o estabelecimento da Lei de Segurança Nacional.

Em contexto universitário, um dos principais objetivos do AI-5 era terminar a “limpeza” começada pelo AI-1 em 1964, durante a Operação Limpeza. Devido uma maior moderação do governo da época, bem como, pela maleabilidade da legislação anterior, muitos dos que foram afastados de seus cargos no serviço público, acabaram restabelecendo seu vínculo com a mesma ou outras instituições públicas e privadas.

A suspensão de direitos e os expurgos políticos vão ser os principais mecanismos utilizados pelos agentes da repressão para promover esse saneamento do serviço público. Dentre das universidades, o impacto do AI-5 será profundo, traduzindo-se nos expurgos de centenas de alunos e professores.

Os expurgos promovidos pelo AI-5 e, posteriormente, pelo Decreto-Lei 477, tinham como objetivo retirar, definitivamente, do serviço público - sendo o foco desta pesquisa as universidades - pessoas entendidas como opositores políticos. Para além da “limpeza”, o regime almejava a desobstrução do caminho para uma efetiva implementação das reformas.

O foco prioritário da repressão após o AI-5 continuou sendo os estudantes. Contudo, o impacto dessa segunda onda de expurgos políticos sobre o corpo docente das universidades foi significativamente maior. Em parte porque os militares aproveitaram essa nova prerrogativa para afastar nomes visados desde a Operação Limpeza, e também por uma suposta participação dos docentes na mobilização estudantil, seja como incitadores ou, ao menos, permissivos à rebeldia estudantil.

O número de professores afastados de seus respectivos cargos em 1969 foi de 120 docentes. Além do maior número, há também uma mudança no perfil dos professores atingidos. Se em 1964, voltou-se para os docentes mais jovens e diretamente ligados ao então governo Jango; nesse novo momento, novos significativos para a produção acadêmica nacional foram retirados compulsoriamente dos quadros das universidades.

Dessa forma, podemos afirmar que esse novo contingente de expurgos políticos deixaram marcas mais fortes que o episódio de 1964. A interrupção de importantes pesquisas e a migração de intelectuais para o exterior revelaram um claro prejuízo às instituições brasileiras, acarretando um esvaziamento intelectual desses espaços.

A ordem de expurgo desses professores veio diretamente do poder executivo, via decretos publicados no Diário Oficial. As principais instituições atingidas por essas listas foram a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que juntas somam 50% dos professores aposentados pelo AI-5. (MOTTA, 2014, p.168)

Os nomes ligados a UFRJ foram afastados pela primeira lista divulgada em Diário Oficial, no dia 28 de abril de 1969⁸, que continha 41 nomes, sendo 21 desses professores da UFRJ. Sendo eles:

1. Abelardo Zaluar
2. Augusto Araújo Lopes Zamith
3. Elisa Esther Frota Pessoa
4. Eulália Maria Lahmeyer Lobo
5. Guy José Paulo de Holanda
6. Hugo Weiss
7. Jayme Tiomno
8. João Cristóvão Cardoso
9. José Américo da Motta Pessanha
10. José Leite Lopes
11. José de Lima Siqueira
12. Lincoln Bicalho Roque
13. Manoel Maurício de Albuquerque
14. Maria Laura Mouzinho Leite Lopes
15. Maria Yedda Leite Linhares
16. Marina São Paulo de Vasconcellos
17. Mário Antônio Barata
18. Moema Eulália de Oliveira Toscano
19. Plínio Sussekind da Rocha
20. Quirino Campofiorito
21. Sarah de Castro Barbosa

⁸ Diário Oficial da União, 28 de abril de 1969, p. 3598.

O número aumentaria em setembro do mesmo ano, quando, depois de ser detido, o professor Evaristo de Moraes Filho seria aposentado, com base no AI-5, em setembro de 1969. O segundo capítulo abordará de maneira mais aprofundada o perfil dos professores citados.

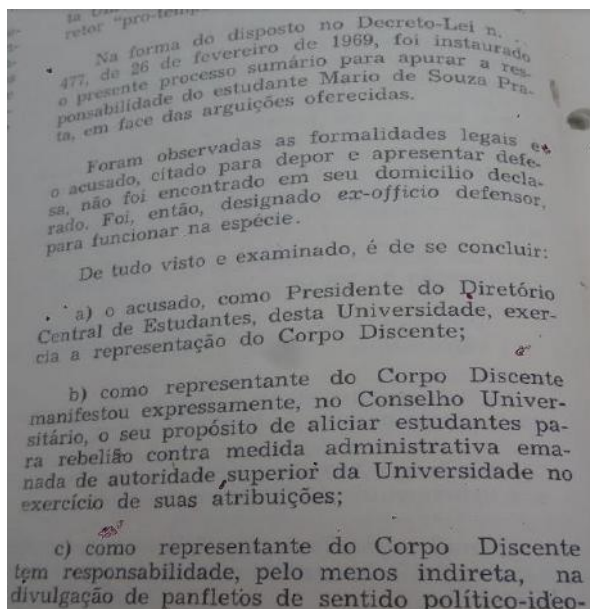
O impacto na vida profissional e pessoal desses docentes foi agravado pelo Ato Complementar n.75, editado em outubro desse mesmo ano. O AC-75 proibia que instituições públicas ou privadas que recebessem subvenções do Estado contratassem professores atingidos pelos atos institucionais. Fica evidente que o intuito de ato complementar é impedir que esses docentes retomassem suas carreiras em outras instituições.

Além do AI-5, outro momento que marca esse aprofundamento da repressão no interior das universidades foi o Decreto-Lei n.477, promulgado em fevereiro de 1969. Esse decreto pode ser entendido como a instrumentalização do AI-5 no interior das universidades. E, apesar de abrir precedente para a punição de professores, técnicos e alunos, teve no corpo estudantil seu principal foco de atuação. Na UFRJ, nenhum caso de expulsão de professor pelo 477 foi registrado nos boletins da Instituição.

Uma vez punidos pelo decreto, os estudantes ficavam impedidos por três anos de se matricular em outra instituição de ensino superior. Portanto, assim como AI-5, o decreto-lei 477 trazem em sua concepção a atenção em vedar o retorno, ou a incorporação em outro espaços de ensino, as pessoas enquadradas em seus termos.

Segundo levantamento do Projeto Brasil Nunca Mais⁹, 245 estudantes foram punidos com base no decreto no decorrer dos dez anos de sua vigência, número relativamente baixo em vista da notoriedade do 477. Motta (2014, p.160) indica que o total de alunos excluídos das universidades entre 1969 e 1979 deve ter superado o milhar, e o Decreto 477 respondia apenas a um quarto do total. Na UFRJ, o número de alunos atingidos pelo decreto chegou a 71 nomes, sendo a Universidade com maior número de estudantes afastados pelo decreto.

⁹ O Projeto **Brasil: Nunca Mais** desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, Rabino Henry Sobel, Pastor presbiteriano Jaime Wright e equipe, foi realizado clandestinamente entre 1979 e 1985 durante o período final da ditadura militar no Brasil, no ano de 1985, e gerou uma importante documentação sobre a história do Brasil



lógico, na em que se invoca a autoria do Diretório Central de Estudantes, pois se não participou de sua elaboração não podia desconhecer a sua divulgação, e de tanto não deu conhecimento às autoridades superiores da Universidade;

d) como representante do Corpo Discente tem plena responsabilidade pelos atos aludidos no processo sumário instaurado, que se caracterizam como destinados à subversão, usando dependências da Universidade.

Isto posto, o acusado — estudante Mário de Souza Prata — está incurso na pena prevista no item II, do parágrafo 1º do artigo 1º, do Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, que faço aplicar.

Boletim UFRJ, nº 15, 11 de abril de 1969.

Este trecho retirado de um Boletim da UFRJ apresenta como era aplicada a punição aos alunos enquadrados nos artigos do Decreto 477. O recorte traz o caso do aluno Mário de Souza Prata, importante liderança estudantil da UFRJ (sendo o último presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ, antes do seu fechamento). Além de representante do corpo discente da Universidade, Mário Prata também foi militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), dissidência armada do PCB/GB. Após ser expulso da Universidade pelo Decreto 477, o estudante se engajou na luta armada e entrou na clandestinidade. Foi morto em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado, em 3 de abril de 1971.

A partir de fins da década de 1970 quando ocorreu a gradual abertura política, os diretórios acadêmicos tiveram permissão para atuar de novo, sendo o Diretório Central dos Estudantes¹⁰ refundado em 1979. O DCE da UFRJ homenageou o seu último presidente passando a se chamar DCE Mário Prata. (MÜLLER, 2014, pp. 128-147)

Embora o Decreto-Lei 477 não esteja imbricado com um número mais expressivo de expulsões, este desempenhou o protagonismo no imaginário universitário, traduzindo-se como um signo de medo e terror, sendo uma constante ameaça de punição de caráter sumário.

Como visto anteriormente, com o exemplo do Projeto Rondon, o regime se empenhou em implementar ações, para além da repressão, para disputar com as esquerdas um lugar predominante junto a juventude. Em setembro de 1969, foi promulgado o Decreto n.869, que

¹⁰ Com uma história muito rica, o Diretório Central dos Estudantes foi fundado em 1930, no âmbito do fervor político ocasionado pelo Golpe de Estado de 1930 que derrubou o regime da República Velha; sendo, portanto anterior à União Nacional dos Estudantes, fundada em 1937. Foi uma entidade bastante representativa até que foi fechado pelo regime militar. (FÁVERO, 1995).

“dispõe sobre a inclusão da educação moral e cívica (EMC) como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades”.

O intuito dessa disciplina era disseminar entre os jovens “valores tradicionais e conservadores, como defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, seus vultos históricos, assim como a preservação da moral e da religiosidade cristãs (incluindo a família). (MOTTA, 2014, p.186)

A partir de 1969, sob a ruptura inaugurada pelo Ato Institucional n.5, observamos a faceta mais violenta do regime militar até então. A Universidade adquiriu um novo patamar na preocupação em torno da segurança nacional, ao configurar o principal celeiro de militantes de organizações que optaram pela ação armada. Além dos expurgos, novos mecanismos de vigilância serão instalados no interior das instituições, ao longo década de 1970, inaugurando um novo aspecto da relação entre o regime e as universidades brasileiras.

2.4 A vigilância nos campi: As Assessorias de Segurança e Informações das universidades

Logo após a instauração do regime civil-militar, inaugurado em 1964, o novo governo se empenhou em reorganizar todo o serviço de inteligência federal. A criação do Serviço Nacional de Informação¹¹, de acordo com Motta (2008, p.34), decorreu do interesse do regime militar em dispor de informações estratégicas úteis para as ações de governo, mas, também, da preocupação de precaver-se contra os inimigos recentemente derrotados, mas não aniquilados, particularmente a esquerda. Em 1967, a partir da reestruturação do aparato de informações do governo, ocorre a criação da Divisão de Segurança e Informações. A DSI tem como função principal assessorar os titulares dos ministérios no processo de tomada de decisões e em questões de segurança. Os chefes das DSI eram coronéis do exército, o que lhes assegurava fonte de poder adicional, dado o processo de militarização em curso.

Na década de 1970, foram criadas subdivisões da DSI nas instituições subordinadas aos Ministérios. Essas agências foram denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Nas universidades, subordinadas ao Ministério de Educação e Cultura, as AESIs começam a ser criadas a partir de 1971.

Teoricamente, as assessorias são apresentadas como órgãos subordinados aos Reitores e encarregados de assessorá-los em assuntos relativos à Segurança Nacional e Informações no

¹¹ O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela lei nº 4.341 em **13 de junho de 1964**

âmbito da universidade. Na prática, ela funcionaram, muitas vezes, como canais de pressão e controle sobre os gestores das universidades.

Em seu artigo publicado em 2008, o historiador Rodrigo Patto de S. Motta (2008, p.37), explica que as AESI universitárias atuaram, principalmente:

na filtragem das contratações de pessoal, barrando a entrada de docentes considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde passeatas a shows e solenidades de formatura; na aplicação mais intensa das punições previstas na legislação autoritária, como o Decreto n.477; no controle da circulação internacional dos docentes; e na disseminação de material de propaganda produzido pelo governo. As ações desses agentes, que vigiavam com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente “desviantes” (usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais), revelam a influência exercida por valores da cultura conservadora sobre os integrantes das comunidades de informação e segurança.

As AESI instaladas no interior das universidades evidenciaram, ainda, a participação de civis nas funções relacionadas a assessoria, inclusive membros dos quadros da própria instituição, como foi o caso de alguns professores. Além da colaboração e participação efetiva no controle e vigilância da universidade, a atuação de professores como sensores do regime comprova a capacitação do pessoal que ocupou tais cargos. Não obstante, houve ainda um empenho por parte do regime na capacitação de quadros para a realização das atividades ligadas às assessorias nas instituições universitárias.

Nesse sistema, as AESI representaram literalmente “os olhos do regime militar brasileiro no interior dos campi”¹², promovendo, além da vigilância constante dos membros do corpo universitário, o controle das pesquisas produzidas, censurando eventos considerados de caráter político, editando o acervo das bibliotecas das instituições, retirando do catálogo livros referentes a temas relacionados ao comunismo, por exemplo. Esse empenho corroborou para com o esvaziamento já em curso, sob a tentativa de retirar do meio acadêmico uma determinada intelectualidade.

Quanto a documentação gerada pela atuação das Assessorias no interior da UFRJ, não foram encontrados arquivos ou registros nos acervos da Universidade. Os motivos para essa lacuna, que não é uma regra entre todas as universidades, pode ser um cuidado maior dos agentes da AESI/UFRJ em não deixar registro documental de suas ações, ou pode ser fruto de uma falta de cuidado institucional em arquivar e preservar tais informações.

¹² Título do artigo publicado por Rodrigo Patto de Sá Motta na Revista Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.

2.5 O processo de abertura política

Ao longo da primeira metade da década de 1970, observamos os desdobramentos da escalada repressiva iniciada em 1968, a qual teve seu ápice representado pelo AI-5. O empenho do governo em desarticular e isolar as organizações armadas obteve sucesso, colocando esses primeiros anos, da década citada, como os mais sangrentos do regime, fato que se traduziu em um elevado número de militantes presos, mortos e desaparecidos.

Com a derrota da investida armada, adentra no cenário político um novo apelo sob a voz da esquerda: a retomada das garantias democráticas. Junto às organizações da esquerda, novos atores políticos vão movimentar esse cenário: os familiares de mortos e desaparecidos políticos e os ativistas de direitos humanos, que vão reivindicar respostas sobre as violações cometidas pelo Estado autoritário.

No meio universitário, essas reivindicações reverberaram em demorado, visto que um número considerável de alunos e professores foram diretamente atingidos pela face mais violenta do regime civil-militar. Associado tais reivindicações, esteve atrelada a bandeira da luta pela anistia daqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos, e, afastados de suas ocupações da universidade.

O processo de abertura política foi iniciado durante o governo Geisel, inaugurado em 1974. A abertura “lenta, gradual e segura”, apesar da pressão de grupos opositores, esteve sob controle do então Estado Militar. Para Renato Lemos (2002, p.293), o sentido básico da transição foi preservar as condições da dominação política de uma classe social absolutamente desprovida de vocação transformadora.

Diante desse contexto, a mobilização em torno da anistia política começou a ganhar cada vez mais espaço nas pautas dos movimentos à esquerda, se consolidando, ao longo dos anos 1970, como a principal pauta dessas organizações. Em 1975, observamos a criação do Movimento Feminino pela Anistia. O MFPA foi a primeira organização a defender abertamente a anistia no país, evidenciando o protagonismo feminino na luta pela anistia. Essa organização recebeu, principalmente, apoio da igreja católica, do MDB e de entidades de classe.

A partir de 1978 foi formado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em vários estados do país — e em uma cidade no exterior, Paris —, sendo composto por advogados, amigos e parentes de presos políticos, com o objetivo de coordenar os esforços em prol do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita dos atingidos pelos atos de exceção praticados pelo regime militar.

As lideranças estudantis, aproveitando a situação de retomada do ativismo político, reuniram esforços na reorganização da UNE, durante o III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), em 1977. A partir de 1979 a entidade já estava oficialmente reorganizada, e o movimento estudantil se juntou a bandeira pela Anistia.

Os professores e intelectuais também adotaram atitudes oposicionistas mais ousadas em meio ao clima de distensão política e diante mobilização de movimentos sociais. Sua estratégia de ação contra o governo teve na mídia seu maior palco de atuação. Professores universitários e intelectuais renomados utilizaram os meios de comunicação para denunciar o autoritarismo do regime também no interior das instituições.

O general João Batista de Oliveira Figueiredo, sucessor de Geisel, assumiu o governo em 1979 sob o compromisso de dar continuidade ao processo de abertura política. A Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso e editada em 28 de agosto de 1979¹³, foi o instrumento legal central nesse processo, apresentando um caráter de reconciliação recíproca que, como bem apresentou Motta (2014, p.340), não agradou a todos.

Houve insatisfação da parte de líderes sociais e políticos, pois o governo não atendeu a certas demandas e deixou de fora alguns condenados por crimes mais graves, enquanto outros entenderam que era a conquista possível no momento, já que o poder político ainda era exercido pelos militares. Nesse episódio também se fez valer a tradição conciliatória, porque a atitude de muitos setores da oposição foi aceitar o auto perdão concedido aos agentes do Estado para evitar futuros conflitos. Ou seja, houve aceitação da ideia de anistia como esquecimento, como perdão, e dos dois lados, embora algumas lideranças discordassem da maneira pela qual o processo foi conduzido.

Com a Lei de Anistia, nós assistimos a retomada dos direitos políticos cassados pelos atos institucionais do regime. Nas universidades, esse processo representou a extinção dos dispositivos de controle ideológicos implementados pelo Estado, e a reintegração dos professores aposentados e demitidos de seus cargos.

Ainda no ano de 1979, foram extintos o decreto 477 e a lei de criação da ASIs e AESIs. Apesar de só ter sido extinto em 1979, dados comprovam que desde 1974 não foram verificadas punições em nome do 477. Contudo, o decreto continuou a promover um clima de insegurança e terror no interior das instituições até sua extinção.

A ordem de desativação das ASIs e AESIs também data do ano de 1979, contudo uma brecha criada pelo DSI/MEC, fez com que, muitas reitorias favoráveis ao serviços prestados pelas assessorias, prolongasse seu funcionamento no interior das universidades. Apenas em 1986, o MEC editou a portaria, declarando oficialmente extintas depois dessa data. Em algumas

¹³ Lei n.6683, 28 de agosto de 1979.

universidades o processo de desativação dos mecanismos das AESIs demorou um pouco, se estendendo até o final dos anos 1980.

No caso da UFRJ não é possível precisar ao certo em que momento as sedes da AESI na Universidade foram oficialmente desativadas. Isso porque, diferentes de outras universidades, a documentação deixada pela assessoria ligada a esta universidade é praticamente inexistente.

Outro precedente aberto pela Lei de Anistia foi a reintegração dos professores expurgados de seus cargos na universidade, uma vez que a lei estabeleceu o prazo de 120 dias para que, os servidores públicos aposentados e demitidos, requeressem retorno e reversão aos antigos cargos. O fato desses professores expulsos pelos dispositivos repressivos precisarem ainda realizar o esforço de requerer a retomada do cargo, bem como se sujeitar a uma avaliação do requerimento e uma verificação da pertinência da sua recontração por parte da instituição, fez com que muitos deles ficassem insultados e ressentidos pelo modo como o processo de reintegração foi estabelecido.

Contudo, através da intervenção da gestão de algumas universidades, esse processo acabou sendo facilitado em muitas vezes. Na UFRJ, o então reitor, Luiz Renato Carneiro da Silva Caldas (1977-1981), usou a estratégia de enviar convites para os professores expurgados, para poupá-los dos constrangimentos. A grande maioria recebeu positivamente, sendo reintegrado às atividades na Universidade.

A Associação de Docentes da UFRJ, fundada de 26 de abril de 1979, também cumpriu papel decisivo na reintegração dos professores expulsos da Universidade. A ADUFRJ surgiu na esteira do Novo Sindicalismo, um movimento desafiou a legislação antigrevista e começou a romper as amarras da organização sindical subordinada ao Estado, modelo implantado no país desde a década de 1940.

Os trabalhadores impulsionaram a luta pela redemocratização não somente por meio greves: iriam criar seu próprio partido, o PT, em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em 1983. Articulado com outros movimentos sociais, o Novo Sindicalismo levaria a pauta dos trabalhadores às ruas e à Assembleia Constituinte (1987-1988), conferindo nova qualidade à luta política na transição da ditadura para o regime democrático.

Se para garantir a volta dos professores houve uma mobilização por parte dos gestores e por entidades representativas, o mesmo não ocorreu com os alunos expulsos da Universidade. No caso da UFRJ, somente com após da criação da Comissão de Memória e Verdade, teremos o primeiro caso de reintegração de estudantes. Sobre esse assunto, tratarei de forma mais aprofundada na próxima seção deste capítulo.

Uma vez inaugurado esse processo de retomada de garantia de direitos, desativação dos mecanismos e reintegração dos que foram expurgados, uma questão se coloca: como lidar com os apoiadores do regime que usufruíram dos desmandos autoritários em benefício próprio? A grande maioria das lideranças universitárias que se enquadram neste perfil não sofreram quaisquer represálias oficiais por posições tomadas junto ao regime. A grande maioria continuou em seus cargos, terminando tranquilamente suas carreiras.

Sobre o caso do professor do Departamento de História da UFRJ, Eremildo Vianna, Motta (2014, p.343) comentou:

Mesmo no caso de Eremildo Vianna, da UFRJ, cuja imagem ficou muito comprometida pelo apoio aos expurgos, ele continuou no cargo até a aposentadoria, sem maiores problemas. É verdade que se tornou figura execrada, inclusive publicamente, pois seu nome foi estampado várias vezes na imprensa como responsável pelos expurgos em sua universidade, e acabou virando objeto de chacota. Além disso, ele também perdeu seu espaço de poder na Faculdade e no Departamento de História, tendo se tornado figura apagada da instituição, quase um fantasma. No entanto, não sofreu punições ou qualquer tipo de restrição.

O passo final para o restabelecimento da ordem democrática e autonomia universitário na UFRJ foi a normalização das eleições para reitor, em 1985. O mecanismo criado pelo governo para manipular uma fachada de legalidade, ampliando a lista tríplice para seis nomes, foi extinto. Horácio Cintra de Magalhães Macedo foi o primeiro reitor eleito sob a rege da autonomia universitária, após o golpe de 1964.

Após o processo de redemocratização brasileiro concretizado com a Constituição de 1988, observamos um tímido começo dos debates em torno da temática de justiça de transição no Brasil, em um primeiro momento pautada quase que somente pelas vítimas diretas da violações do Estado, bem como seus familiares. Ao longo dos anos 90 teremos avanços na pauta¹⁴, principalmente no que diz respeito ao eixo reparativo da Justiça de Transição.

Em 2001, era criada a Comissão de Anistia, que ficaria responsável pela análise dos pedidos de indenização dos atingidos por atos de exceção por motivação exclusivamente política entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Essa comissão tem como foco principal reparar os prejuízos causados pelo arbítrio estatal. Contudo, somente com a instalação da Comissão Nacional da Verdade observamos debates oficiais quanto aos eixo de memória, verdade e justiça imbricados em um processo de Justiça de Transição.

A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12.528, em 18 de novembro de 2011, com o objetivo de “apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de

¹⁴ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995), vinculada ao Ministério da Justiça. Essa comissão tinha como principal objetivo regularizar a situação legal dessas pessoas e amparar suas respectivas famílias. 16 anos depois da Lei de Anistia, o Estado reconhecia que havia desaparecidos políticos no país;

setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”. Esta foi instituída em maio de 2012 e encerrada em 10 de dezembro de 2014 com a entrega do relatório final¹⁵ à sociedade.

Além de construir uma narrativa de memória e verdade sobre as violências e práticas repressivas do Estado durante a ditadura, a CNV formulou 29 recomendações para que o Estado possa promover justiça com relação aos crimes ocorridos no período, reparar simbólica, financeira e psicologicamente às vítimas e reformar suas instituições aperfeiçoando a democracia e visando a não repetição das violações de direitos humanos que ocorreram no período.

2.6 A Comissão de Memória e Verdade da UFRJ

Entre as recomendações formuladas pela CNV, estava a criação de comissões institucionais, dentre essas, as comissões universitárias. Comissão de Memória e Verdade (CMV) da UFRJ foi criada em julho de 2013, com o intuito de investigar os impactos do regime militar e das violações dos direitos humanos no interior da Universidade.

Os principais objetivos da CMV-UFRJ, segundo a sua portaria de criação¹⁶, são: examinar e esclarecer os impactos do regime militar na UFRJ; identificar e esclarecer violações de direitos humanos ocorridas no interior da UFRJ no período; recomendar propostas de reparação aos atingidos; mapear e analisar a documentação sobre o período existente nos arquivos da UFRJ; mapear as iniciativas já realizadas na UFRJ; organizar entrevistas e testemunhos com os atingidos; organizar entrevistas públicas sobre o período; auxiliar na recuperação da memória dos movimentos de resistência ao regime militar na UFRJ; produzir material impresso, audiovisual e digital sobre o período; organizar campanhas para marcação e sinalização de lugares de memória na UFRJ; gerenciar os trabalhos para a implementação do Memorial Estudantes Mortos e Desaparecidos na Ditadura Militar; organizar exposições e eventos com debates, imagens, documentos, e depoimentos; estimular o debate sobre a temática no conjunto da UFRJ; promover a cooperação com os órgãos e entidades públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para intercâmbio das informações, dados e documentos; buscar articulação com as atividades com a Comissão Nacional da Verdade; encaminhar aos órgãos públicos competentes toda qualquer informação obtida que possa auxiliá-los nas ações acerca do período.

¹⁵ Relatório Final da CNV, disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>> Acesso em: 10/12/2019.

¹⁶ Portaria n. 4966, de 2 de maio de 2013.

No início de 2016, os trabalhos da CMV-UFRJ foram finalizados (gestão 2013-2016) em virtude do término de sua vigência, quando foi entregue o Relatório Final à Comissão Nacional da Verdade, e em agosto do mesmo ano obteve a aprovação do Conselho Universitário da UFRJ para a sua continuidade (gestão 2016-2019). Em Abril de 2019, foi autorizada pelo CONSUNI e pelo reitor a continuação das atividades da CMV-UFRJ (gestão 2019-2021).

A CMV-UFRJ, assim como a CNV na esfera nacional, inaugurou um debate no interior da universidade sobre o dever de memória ligada ao passado autoritário da instituição. Luciana Heymann (2007, p.15-43), em seu reconhecido trabalho sobre o dever de memória, explica que esse conceito traz a ideia de que as memórias de dor e sofrimento geram obrigações por parte do Estado, e mesmo da sociedade, para com as vítimas ou grupos de vítimas.

Alessandra Lopes Camargo (2016, p.251-252) mobilizou alguns autores que discutem sobre o dever de memória, e conclui que

Através da memória, exige-se o reconhecimento da dor e a formulação de direitos específicos às vítimas. Assim, o “dever de memória”, enquanto paradigma conceitual, nos remete ao mesmo tempo a um imperativo moral e político: moral no sentido de que torna inadmissível a aceitação de crimes que geram opressão, violência e sofrimento; político porque abre espaço para pensar em políticas públicas específicas cujo objetivo deve ser de tratar um passado marcado por diversos sofrimentos e que continuam reverberando sob a forma de legados no presente.

Com o objetivo de promover o dever de memória no interior da UFRJ, realizando políticas em prol do direito à memória e verdade acerca da experiência da universidade, a CMV-UFRJ empreendeu algumas ações pragmáticas importantes para a reparação do passado autoritário. Entre elas, podemos citar a proposta de revogação do título de Doutor Honoris Causa concedido ao ex-presidente militar Emílio Garrastazu Médici pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1972. Segundo o Reitor da UFRJ, Roberto Leher, a anulação desse título configura-se uma “reparação moral aos estudantes e professores da UFRJ torturados, mortos e desaparecidos e como resgate da dignidade acadêmica do Conselho Universitário”. Andréa Queiroz (2008), apontou a importância em lembramos que de acordo com o relatório da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, durante os anos em que Médici governou o país, entre 1969 e 1974, vinte e quatro estudantes e dois professores da UFRJ foram assassinados ou desapareceram, neste sentido foi entendido pela comunidade acadêmica que a retirada do título tem uma relação direta com a reparação e a memória de todos estes indivíduos que desapareceram ou morreram com o aval do Estado na figura do presidente.

Segundo a Diretora da Divisão de Memória Institucional SIBI/UFRJ e membro das duas últimas gestões da CMV-UFRJ, Andréa Queiroz (2018),

Outro ponto crucial que dialoga com este debate sobre o dever de memória e Justiça de Transição foi o descancelamento da matrícula de ex-aluno Jaime Santiago aprovado pela congregação do Instituto de História da UFRJ no dia 10 de setembro de 2015, em reunião extraordinária. Este foi o primeiro caso de reparação, acompanhado de perto pela Comissão da Memória e Verdade (CMV-UFRJ), aos atingidos pela ditadura na Universidade que se concretizou no retorno desse ex-aluno novamente para a UFRJ. Jaime foi obrigado a abandonar o curso de História em 1971 para viver na clandestinidade, ele narrou que tentou o reingresso em 2003, só que foi rejeitado pela Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico, já que até aquele momento ainda não havia uma política na Universidade que possibilitasse a análise de casos de reparação, o que foi modificado com a criação da CMV-UFRJ.

A CMV-UFRJ traduz a nova postura institucional para com o esse passado autoritário. As políticas universitária pautadas pelo regime de exceção governou o país por vinte e um anos vão de importantes reestruturações e reformas do ensino superior brasileiro a instauração de dispositivos repressivos, bem como um clima de terror em prol de uma “limpeza” ideológica dos meios acadêmicos. A ambiguidade deu o tom a tais políticas. E, apesar da existência de uma lei de anistia que possui o caráter de esquecimento e perdão mútuo, cabe sim ao Estado e suas instituições investigar a verdade sobre as violações perpetradas por seus agentes, promovendo medidas reparatórias e políticas públicas em torno da memória desses eventos.

3. OS PROFESSORES ALVOS DA REPRESSÃO

Este capítulo tem como finalidade compreender de que maneiras o corpo docente da UFRJ foi atingido pelos mecanismos repressivos utilizados pelo regime civil-militar no interior da Universidade. Além da identificação dos professores que foram afastados e/ou expulsos do quadro da Universidade, também será um objetivo deste capítulo mapear sob quais dispositivos esses professores foram sancionados.

Sob alegação de uma limpeza ideológica da Universidade que sofria com uma presumida ameaça comunista, o afastamento de professores do quadro da UFRJ foi também uma estratégia do governo militar para efetivar seu controle sobre o ambiente acadêmico de então. Além disso, estabeleceu-se, através dos expurgos políticos de docentes, um novo eixo de negociações dentro da instituição.

O corpo docente não foi, contudo, o principal alvo dos mecanismos do governo em um primeiro momento, e isto verificou-se porque as ideias da esquerda apresentavam maior receptividade no movimento estudantil, realidade que não se traduzia junto aos professores. Apesar disso, remoção de professores dos quadros das universidades promoveu profundo impacto na produção acadêmica da época, principalmente nos cursos ligados a área das humanidades, artes e letras.

Na UFRJ, ocorreram duas principais ondas de expurgos políticos, em acordo com o quadro nacional das universidades: A primeira onda, marcada pela Operação Limpeza; e um segundo momento de expurgos marcado pelo recrudescimento das ações repressivas por parte do Estado, que se traduziram no Ato Institucional n.5, e no contexto universitário, no Decreto-Lei 477.

Há também alguns casos de professores que foram afastados por outros mecanismos, como é o caso do professor de Direito Penal, Heleno Cláudio Fragoso. Além de professores que foram retirados dos quadros da Universidade durante as mudanças perpetradas pela reformulação estrutural realizada pelas medidas reformistas. Tais excepcionalidades serão abordadas de maneira mais aprofundada mais à frente.

O professores que serão citados neste capítulo compunham o quadro docente durante o intervalo referente a pesquisa - entre os anos de 1964 e 1985. Muitos professores expulsos durante a regime civil-militar foram reintegrados após a Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de Agosto de 1979). A recém-criada Associação de Docente da UFRJ teve atuação decisiva na reincorporação desses servidores.

Após a exposição de um quadro geral dos professores atingidos tanto pela primeira quanto pela segunda onda de expurgos políticos, trataremos de algumas especificidades desse processo. Entre elas, a análise de como os valores intrínsecos a Reforma Universitária de 1968 influenciou o tratamento dos opositores políticos nas diferentes áreas do conhecimento.

Além disso, elucidara-se o esvaziamento intelectual, político e cultural consequente do afastamento desses professores do quadro da Universidade, bem como, do cerceamento político-ideológico do ambiente acadêmico.

Antes de entrar especificamente na temática desta seção, vale a pena salientar que a repressão dos agentes do Estado ao corpo universitário não se restringiu as balizas temporais utilizadas nesta pesquisa. Contudo, no que diz respeito a repressão mais incisiva sob o corpo docente, os anos de 1964 e 1969 serão os principais escopos de análise.

Outra ressalva importante é a escassez de dados sobre alguns professores que serão citados aqui. Os órgãos de informação do Estado que atuaram dentro da UFRJ não deixaram muito material para análises sobre as medidas e dispositivos utilizados no interior da Universidade. Além disso, a Universidade também não realizou, pelo menos num primeiro momento, um esforço sistemático no levantamento e organização sobre os dados da repressão estatal na instituição.

3.1 A primeira onda repressiva

Os primeiros meses da ditadura civil-militar tiveram como objetivo principal o “saneamento” do funcionalismo público brasileiro. As universidades, compreendidas como principal espaço de proliferação de ideias “esquerdistas” e até mesmo do comunismo, constituíram um dos principais alvos da chamada “Operação Limpeza”.

Os professores expulsos nessa primeira onda foram aqueles que se apresentavam como mais engajados na vida política - principalmente os professores ligados ao governo do presidente destituído, João Goulart -; e aqueles ligados à militância estudantil, professores jovens recém egressos do quadro de alunos.

Professores ligados às ideias mais progressistas, porém com maior tempo de carreira e elevado prestígio acadêmico - por vezes internacional -, foram poupados neste primeiro momento. Isso se deve principalmente pelo caráter mais moderado dos governantes nesse imediato pós-Golpe, assim como, uma preocupação em não prejudicar de maneira substancial o ensino superior brasileiro.

Apesar da implementação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) e da criação das Comissões Gerais de Investigação no interior das universidades, o principal mecanismo utilizado para demitir ou aposentar professores nesse primeiro momento foi o Ato Institucional, editado em 9 de abril de 1964, principalmente o artigo n.7.

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.¹⁷

O número de professores atingidos por esse Ato Institucional na UFRJ, na época Universidade do Brasil, chegou a nove. Segue abaixo uma breve apresentação desse primeiro contingente de expurgos:

- ❖ **Álvaro Borges Vieira Pinto** (1909 - 1987): Médico e filósofo, foi professor de História da Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Foi também diretor executivo do Instituto Superior Brasileiro (ISEB). Teve seus direitos

¹⁷ Ato Institucional nº 1, de 9 de Abril de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm> Acessado em; 2 de dezembro de 2019.

políticos suspensos em junho de 1964, e demitido de seu cargo na UB em outubro de 1964, ambas as sanções foram em decorrência do AI-1;

- ❖ **Alvérico Moreira Gomes** (1916-2003): Matemático, professor do departamento de matemática da FNFi/UB (atual UFRJ). Foi aposentado compulsoriamente em outubro de 1964 em função do AI-1;
- ❖ **Darcy Ribeiro** (1922-1997): Antropólogo, foi professor da Universidade do Brasil, além de ministro da Casa Civil do governo de João Goulart. Teve seus direitos políticos suspensos em abril de 1964, sendo demitido de seu cargo de professor na UB em outubro do mesmo ano;
- ❖ **Francisco Mangabeira** (1909-1993): Bacharel em direito, foi professor catedrático da Faculdade Nacional de Direito da UB, atual UFRJ. Em 1962, foi nomeado pelo presidente João Goulart para presidir a Petrobrás. Contudo foi exonerado do cargo por Jango, em agosto de 1963, em meio a uma crise na estatal. Com o golpe, teve seus direitos políticos cassados e foi aposentado pela Universidade do Brasil, em decorrência do AI-1. Além disso, perdeu também seu cargo de procurador da Caixa Econômica Federal;
- ❖ **José Stamato** (sem informação): Assistente de ensino superior da Faculdade Nacional de Filosofia, foi professor de didática especial de desenho da UB, atual UFRJ. Foi demitido em outubro de 1964, com base no AI-1;
- ❖ **Josué Apolônio de Castro** (1908-1973): Influente médico, nutrólogo, geográfico, cientista social, político, escritor, professor e ativista no combate à fome. Em 1946, foi responsável pela fundação do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (atual, UFRJ), se tornando seu primeiro diretor. EM 1947, efetivou-se como professor da cátedra de Geografia Humana na Universidade do Brasil. Afastou-se da catedrática devido seu engajamento na carreira política. Em 1964, em decorrência o AI-1, teve seus direitos políticos suspensos, sendo aposentado pela Universidade do Brasil;
- ❖ **Manoel Isnard de Souza Teixeira** (1912-1998): médico, foi professor da Faculdade de Enfermagem da UB, atual UFRJ. Era também sanitarista do Ministério da Saúde no momento do golpe. Foi preso nos primeiros dias do regime militar, sendo solto alguns dias depois após interrogatório. Com o AI-1, teve seus direitos políticos suspensos e foi aposentado compulsoriamente de seu cargo na UB;
- ❖ **Max da Costa Santos** (1921-1978): professor de Teoria Geral do Estado pela Faculdade Nacional de Direito. Em 1962 se afastou do cargo para assumir mandato como deputado federal pelo PSD. Após o golpe, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos

suspensos por 10 anos com base no AI-1, em abril de 1964. Pouco tempo depois foi demitido do cargo de Procurador que exercia na UB.

- ❖ **Oswaldo Herbster de Gusmão (1922-2015):** Professor de ciência política da FNFfi/UB. Foi demitido em outubro de 1964 com base no AI-1.

Neste primeiro quadro de expurgos já é possível visualizar algumas características importantes do caráter adotado durante a perseguição política dentro da UFRJ. Entre os nove professores citados acima, apenas um está inserido na área de conhecimento das ciências exatas, o professor Alvérico Moreira Gomes, matemático da FNFfi. Contudo, este estava vinculado ao curso de licenciatura, justificando seu enquadramento junto a ciências humanas nesta análise.

Sobre os docentes citados, cinco eram ligados à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi); dois a Faculdade Nacional de Direito (FND) e dois professores ligados às Ciências da Saúde.

A partir desses dados, é razoável admitir o protagonismo da FNFfi como foco da repressão estatal. A faculdade foi alvo de denúncias desde os primeiros momentos do golpe, e, mesmo com o seu desmonte, a partir dos decretos¹⁸ ligados a reforma universitária, os principais alvos da segunda onda de expurgos de docentes serão professores vinculados a institutos derivados do desmembramento da FNFfi.

Criado em 1939, vinculado à Universidade do Brasil, o projeto da Faculdade de Filosofia visava à consolidação de uma universidade-padrão que servisse de modelo para as outras que viessem a se constituir, e tinha por objetivo prioritário preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal. A FNFfi estava organizada em quatro seções fundamentais: de Filosofia, de Ciências, de Letras e de Pedagogia. Haveria, ainda, uma seção especial de Didática. (FERREIRA, 2014)

Com os decretos n.53 e n.252 foi iniciado o processo de desmembramento da FNFfi. Com efeito, em 1967, no lugar daquela faculdade surgiram ou tiveram funções ampliadas duas novas faculdades (Educação e Letras), sete institutos (Filosofia e Ciências Sociais; Biologia; Psicologia; Matemática; Física; Química; Geociências) e uma escola (Comunicação). (CUNHA, 2019)

O desmembramento da FNFfi foi aqui citado para que se possa discutir alguns aspectos importantes do referido processo de reestruturação da Universidade. Um primeiro ponto seria o evidente favorecimento das ciências exatas em detrimento das humanidades. E, um segundo

¹⁸ Decreto-Lei n.53/66 e Decreto-Lei n.252/67

ponto, a questão política que, em muitas vezes, esteve atrelada a esse movimento de reestruturação.

Para elucidar o primeiro ponto, apresentarei, de forma breve, as trajetórias dos cursos de Física e História, ambos oriundos da FNFi. Esses cursos sofreram significativamente com as perseguições político-ideológicas no interior da Universidade, apresentando uma perda substancial em seu quadro de professores durante os expurgos políticos.

Com o desmembramento da FNFi, o curso de História passou a ser um departamento subordinado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. A este instituto também foi aglutinado o Instituto de Ciências Sociais, unidade de pesquisa criada em 1958. Já o curso de Física, transformou-se no Instituto de Física ainda em 1966. Este deveria ser integrado por representantes da UFRJ, do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas) e do Instituto Nuclear do CNPq.

Nessa configuração, o curso de história recebeu menos investimentos que os demais cursos oriundos da FNFi, além de não ter o aspecto da pesquisa atrelado ao curso nesse primeiro momento. Bem diferente da realidade do antigo curso de Física que agora passa a compor o Instituto de Física, sendo a pesquisa uma importante faceta do novo instituto.

Sobre a problemática política imbricada no desmembramento da FNFi, podemos mobilizar a análise de alguns autores. Antônio Cunha defende que o fim da FNFi não se relaciona com uma presumida tentativa de despolitizar o ambiente acadêmico, uma vez que a extinta faculdade representava um dos principais focos de mobilização de oposição ao governo, bem como o principal alvo da repressão do Estado autoritário. (CUNHA, 2019)

Para ele, esse processo deve ter entendido como um fracionamento que visava a desobstruir as estruturas organizacionais da Universidade, e que de fato possibilitou uma maior eficiência nos novos institutos/escolas/faculdades/departamentos, aumentando a quantidade, bem como a qualidade da produção acadêmica.

Que a reestruturação das universidades foi benéfica em diversos e importantes aspectos, não há como negar. Contudo, o aspecto conservador e autoritário inerente a essa reformulação também não deve ser colocado à margem das análises sobre o período ditatorial no interior das universidades.

A historiadora Marieta de Moraes Ferreira atribui a esse processo um caráter de desmonte, uma vez que alguns cursos, principalmente o de história, foram profundamente prejudicados durante tal reformulação dos espaços acadêmicos. Esse cenário será drasticamente agravado após os expurgos políticos de 1969, promovendo a interrupção de diversas produções e inviabilizando um legado acadêmico.

Esse esforço de desmonte estaria diretamente atrelado às ações políticas de alguns membros do corpo docente da FNFi, e, principalmente, do corpo discente. A então faculdade era vista com o principal polo de disseminação e cooptação às ideias de esquerdas.

Fabiana de Moura Maia Rodrigues (2013, p.94), no artigo “Os anos Iniciais da Faculdade de Educação da UFRJ: A era da improvisação”, destaca a fala de da Professora Moema Toscana, professora do IFCS aposentada pelo AI-5, na qual identificou o desmembramento da FNFi como um meio de conter os movimentos de esquerda. Para ela, “o desmantelamento da FNFi começa em 1964. Os órgãos de segurança detectaram a existência de ‘núcleos de esquerda’, do Partido Comunista, de movimentos revolucionários, dentro da Faculdade de Filosofia”, por isso ela foi desmembrada”.

Com isso, antes mesmo dos valores embutidos pela modernização conservadora da Universidade, que prestigia as áreas de exatas em detrimento das humanidades, os cursos ligados às ciências humanas e sociais foram os principais prejudicados pelas perdas nos quadros de professores.

Antes de avançar para a segunda onda de expurgos políticos, tratarei de algumas excepcionalidades dentro do recorte adotado para essa pesquisa. São esses, professores que foram afastados de seus cargos na UFRJ, através de outros mecanismo que não os Atos Institucionais, 1º e 5º, respectivamente.

O primeiro caso é o professor Heleno Cláudio Fragoso (1926-1985), notório advogado que atuou em prol dos presos políticos na época da ditadura militar, representando personalidades reconhecidas, como Niomar Moniz Sodré Bittencourt, dona do Jornal do Brasil; Stuart Angel Jones, filho da estilista Zuzu Angel, entre outros. Foi ainda, o advogado que impetrou o *Habeas Corpus* coletivo que libertou os estudantes reunidos em Ibiúna para o Congresso da União Nacional dos Estudantes, em 1968. Na década de 1960, mediante concurso, assumiu a cadeira de livre-docente de Direito Penal na Faculdade Nacional de Educação. Após o golpe, em abril de 1964, sua inclinação política não passou despercebida, sendo afastado de seu cargo pelo catedrático de Direito Penal, prof. Benjamin de Moraes, por ordem do regime. Não foram encontrados documentos que aferisse a data exata do afastamento, contudo, pelas informações de suas atuações posteriores, nas quais constam sua passagem como professor visitante de Direito Penal na Faculdade de Direito da Universidade de Nova York, em 1966¹⁹, conclui-se que seu afastamento deu-se entre 1964 e 1965. Na década de 1980, mediante

¹⁹ Disponível em: <<http://www.fragoso.com.br/quem-somos/heleno-fragoso/>> Acessado em: 2/12/2019.

aprovação em concurso, passou a ocupar o cargo de professor titular de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Outros dois casos de excepcionalidade são os professores Hugo Régis dos Reis e Maurício Vinhas de Queiroz. Ambos foram afastados dos quadros da Universidade durante as reformulações estruturais ocorridas ao longo de 1966 e 1967. Caracterizando o caráter de desmonte atribuído pela historiadora Marieta de Moraes Ferreira a alguns desses processos de reformulação e desmembramento em institutos. (FERREIRA, 2014, p.32-37)

Hugo Régis Reis (1914-1990) foi professor da cátedra de Astronomia e Geodésia da Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro - UB (atual UFRJ). De junho de 1962 a junho de 1963, ocupou a Superintendência do Centro de Ensino e Pesquisas de Petróleo da Petrobrás, quando foi nomeado diretor da mesma, permanecendo até janeiro de 1964, quando foi exonerado acusado de promover uma suposta infiltração de interesses soviéticos na estatal.²⁰

Em 10 de abril de 1964 teve seus direitos políticos suspensos. Contudo não foi demitido ou aposentado de seu cargo na, então, Universidade do Brasil, neste primeiro momento. Somente em 1966, com a reformulação da Escola de Engenharia em decorrência do Decreto-Lei n.53, na qual foi extinto o curso de Engenharia Geográfica, cujo estava atrelada a cátedra de Astronomia ocupada por Hugo Régis Reis, o professor foi desligado da instituição.

Em situação análoga a essa, se deu o processo de desligamento do professor e pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz (1921-1996). Queiroz foi professor de sociologia da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (UB, atual UFRJ), além de pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da UB. Conforme elucidado no capítulo anterior, apenas a partir das reformas promovidas pelo regime civil-militar, teremos o atrelamento oficial entre ensino e pesquisa nas universidades brasileiras.

Justamente durante esse processo, que se traduziu na criação dos institutos e na extinção das escolas, a partir dos desmembramento de algumas faculdades da UFRJ, ocorreu o desligamento do professor Vinhas de Queiroz.

Com a reestruturação da Faculdade Nacional de Filosofia, é criado o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, unidade que incorporou, além dos cursos de filosofia e ciências sociais da FNF, o Instituto de Ciências Sociais e o departamento de História. Com o encerramento do ICS, o professor Maurício Vinhas de Queiroz foi desligado da UFRJ, e foi para a Universidade de São Paulo fazer o doutorado com Luís Pereira, assistente de Florestan Fernandes. (BOAS, 2019, p. 297-312)

²⁰ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/49395>

Esses casos excepcionais revelam outras formas que os representantes dos governos, e os gestores da Universidade, encontraram para retirar de seus quadros de servidores, opositores políticos.

Transcorrido essa primeira onda de expurgos políticos sob o argumento de retirar dos órgãos da administração pública elementos “subversivos”, houve um esforço por parte do regime em restabelecer um clima de “normalidade” nas universidades. Apesar disso, os opositores políticos passaram a agir com mais cautela, sob a ameaça iminente de alguma sanção por razões político-ideológicas.

Os anos seguintes foram marcados pelos debates em torno da Reforma Universitária e pela reorganização do Movimento Estudantil (ME), mesmo depois que o Regime Civil-Militar retirou legalmente a representatividade da UNE por meio da Lei Suplicy²¹ (Lei nº 4.464, de 6 de abril de 1964) e a entidade passou a atuar na ilegalidade.

O ME assumiu o papel de protagonista da oposição. Protestos e passeatas estudantis começaram em 1965 e ficaram mais intensos em 1966, o que colocou os estudantes no foco principal das agências de informação e segurança do governo.

Em 1968, ano marcado por revoluções culturais e sociais em todo o mundo, estudantes e artistas engrossaram a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, pedindo democracia, liberdade e justiça. No entanto, os militares intensificaram a repressão. Foram marcantes os episódios do assassinato do estudante secundarista Édson Luís e a invasão do Congresso da UNE em Ibiúna (SP), com a prisão de cerca de mil estudantes. No fim do mesmo ano, a proclamação do Ato Institucional número 5 (AI-5) anunciava uma escalada da violência ainda maior.

Como destaca Rodrigo Patto de Sá Motta, o regime militar encontrou no problema estudantil um dos principais desafios à sua política universitárias. As forças de repressão eram obcecadas com a ideia de que os professores faziam a cabeça dos alunos levando-os a atitudes radicais e rebeldes. Daí, parte a preocupação em afastar docentes esquerdistas da sala de aula. (MOTTA, 2014, p.62)

Constatado isso, a segunda onda repressiva recaiu de maneira mais incisiva sobre professores da UFRJ, expulsando da Universidade um número bem mais expressivo do que no imediato pós-golpe.

²¹ A Lei Suplicy, promulgada em novembro de 1964, estabelecia que os órgãos estudantis teriam por finalidade defender os interesses dos estudantes, mas vetava ações de caráter político-partidário e também paralisações estudantis. (MOTTA, 2014, p. 62)

3.2 A segunda onda repressiva

Como dito anteriormente, esse segundo momento de expurgos de docentes do quadro da Universidade é impulsionado pelo acirramento político que marcou o ano de 1968 e culminou no recrudescimento do regime, ao editar em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n.5, responsável pela aposentadoria compulsoriamente vinte e três professores da UFRJ.

O afastamento ocorreu em abril de 1969, quando o então presidente Costa e Silva resolveu aposentar “nos cargos que ocupam nos órgãos da Administração Pública Federal” 41 pessoas via Decreto no Diário Oficial²², entre esses estavam os professores ligados à UFRJ, são eles:

- ❖ **Abelardo Zaluar** (1924-1987): artista plástico, foi professor da Escola Nacional de Belas Artes da UFRJ. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;
- ❖ **Augusto Araújo Lopes Zamith** (sem informação): catedrático da cadeira de Físico-Química, chegando a ser diretor da Escola Nacional de Química da FNFfi. Concomitante ao seu cargo na ENQ, Zamith foi também professor titular do Centro de Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), onde, durante vários anos, exerceu a chefia do departamento de Ensino. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5. Em agosto de 1969, Zamith teve sua aposentadoria compulsória anulada, assumindo a cátedra de Físico-Química na Escola Nacional de Química. Em 1971, com a mudança do ENQ para a Cidade Universitária da UFRJ, Zamith passou a ser professor titular de físico-química do IQ/UFRJ, já que, pela reforma universitária, os professores catedráticos foram transformados em professores titulares.
- ❖ **Elisa Esther Frota Pessoa** (1921-2018): Física, professora da FNFfi/UB e pesquisadora do CBPF. Transferiu-se para Brasília para assumir a função de professora do Instituto Central de Física da Universidade de Brasília (UnB). Demitiu-se em outubro de 1965 devido às perseguições políticas na Universidade, exilando-se na Itália. Em 1967, retorna ao Brasil, assumindo seu cargo na UFRJ e no CBPF, que nessa época já formavam o Instituto de Física da UFRJ. Foi aposentada compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5 na UFRJ e em outubro no CBPF;
- ❖ **Eulália Maria Lahmayer Lobo** (1924-2011): historiadora e professora do Departamento de História do IFCS/UFRJ. Foi aposentada compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;

²² Diário Oficial da União, 28 de abril de 1969, p. 3.598.

- ❖ **Evaristo de Moraes Filho** (1914-2016): jurista e sociólogo, foi professor do IFCS/UFRJ. Foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5, contudo, não saiu junto com o contingente de abril. Sua aposentadoria na instituição ocorreu em setembro de 1969, após ser preso, em 13/06/1969;
- ❖ **Guy José Paulo de Hollanda** (1913-1975): Historiador, foi professor do departamento de História do IFCS/UFRJ. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;
- ❖ **Hugo Weiss** (? - 1978): foi professor do departamento de História do IFCS/UFRJ. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;
- ❖ **Jayme Tiomno** (1920-2012): Físico, professor da FNFfi/UB e pesquisador do CBPF. Transferiu-se para Brasília para assumir o cargo de professor e coordenador do Instituto de Física da UnB. Demitiu-se em outubro de 1965 em solidariedade aos colegas demitidos e em função do clima de perseguição política na Universidade, seguindo para o exterior. Retornou ao Brasil em 1967, sendo contratado como professor catedrático pela Universidade de São Paulo (USP). Foi aposentado compulsoriamente pela UFRJ em 1969. Uma vez descoberto o engano de que ele não possuía mais vínculo com esta instituição, o ato foi reeditado, aposentando-o pela USP. Em outubro de 1969 foi demitido do CBPF.²³
- ❖ **João Cristóvão Cardoso** (1903-1980): catedrático da cadeira de Físico-Química e Química Superior FNFfi/UB (atual, UFRJ). Idealizador do Instituto de Química da UFRJ, criado em 1959, vindo a ser seu primeiro diretor, permanecendo no cargo até a sua aposentadoria compulsória em abril de 1969, pelo AI-5;
- ❖ **José Américo da Motta Pessanha** (1932-1993): Professor da cátedra de História da Filosofia, do IFCS/UFRJ. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;
- ❖ **José de Lima Siqueira** (1907-1985): Professor catedrático da Faculdade de Música da UFRJ. Fundou a Orquestra Sinfônica Brasileira, e a Orquestra Sinfônica da Rádio MEC, na qual foi regente. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;
- ❖ **José Leite Lopes** (1918-2006): Físico, professor da UB/UFRJ, e pesquisador do CBPF. Foi preso e detido por um dia, sendo submetido a Inquérito Policial-Militar (IPM), em agosto de 1964. Demitiu-se do cargo de diretor do CBPF e exilou-se na França. Retornou ao Brasil em 1967, sob o convite do então reitor da UFRJ, Raymundo Augusto

²³ Jayme está incluído nesta pesquisa pelo seu vínculo como pesquisador do CBPF, que a partir de 1966, com a reformas estruturais da UFRJ, passa a fazer parte do Instituto de Física da UFRJ.

de Castro Moniz de Aragão, para organizar e dirigir o novo Instituto de Física (IF/UFRJ).²⁴ Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5 da UFRJ, e em outubro de 1969 foi demitido do CBPF;

- ❖ **Lincoln Bicalho Roque** (1945-1073): Formou-se sociólogo em 1967, quando foi contratado professor do IFCS/UFRJ. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;²⁵
- ❖ **Manuel Maurício de Albuquerque** (1927-1981): foi professor assistente de História do Brasil no IFCS/UFRJ. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;²⁶
- ❖ **Maria Laura Mouzinho Leite Lopes** (1917-2013): matemática²⁷, professora do Instituto de Matemática da UFRJ. Foi aposentada compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;
- ❖ **Maria Yedda Leite Linhares** (1921-2011): catedrática do curso de história na FNFfi/UFRJ. Entre 1964-1968, respondeu a sete IPMs, chegando a ser presa três vezes. Foi aposentada compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;
- ❖ **Mário Antônio Barata** (1921-2007): catedrático de História da Arte na Escola Nacional de Belas Artes. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;
- ❖ **Marina São Paulo Vasconcellos** (1912-1973): Primeira mulher a integrar o corpo docente do curso de Ciências Sociais da FNFfi/UB (atual, UFRJ), foi professora catedrática do curso de Ciências Sociais. Foi também diretora do recém criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). Foi aposentada compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;²⁸

²⁴ O curso de Física se transformou no Instituto de Física ainda em 1966. Este deveria ser integrado por representantes da UFRJ, do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas) e do Instituto Nuclear do CNPq.

²⁵ Militante do PCdoB, morreu em 1973, após ter sido preso e torturado por agentes da repressão no Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna no Rio de Janeiro (DOI-CODI/UFRJ). A Comissão Nacional da Verdade, após recolhimento de depoimentos e investigação, concluiu que Lincoln Bicalho Roque morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações dos direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/lincoln-bicalho-roque/>> Acessado em: 09/12/2019.

²⁶ Cassado pelo AI-5, foi posteriormente preso e torturado, tendo vivido até a anistia experiência de professores que, afastados arbitrariamente do mundo acadêmico, buscaram trabalho em cursos preparatórios. Em homenagem ao professor do IFCS, o Centro Acadêmico (instância de representação política dos estudantes) de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) leva o nome de Centro Acadêmico Manuel Maurício de Albuquerque (CAMMA).

²⁷ Primeira mulher brasileira a se doutorar em matemática (1949).

²⁸ Em homenagem a professora, a biblioteca do IFCS/UFRJ leva o nome de Marina São Paulo Vasconcellos.

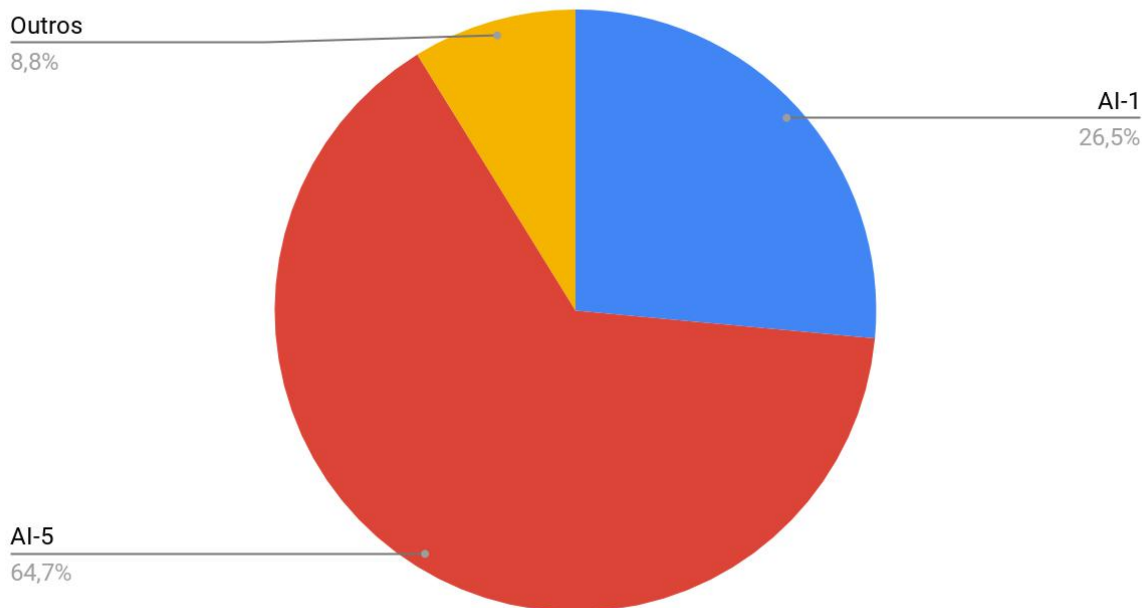
- ❖ **Moema Eulália de Oliveira Toscano** (1927-2017): socióloga, professora do IFCS/UFRJ, foi submetida a IPM ainda em 1964. Foi aposentada compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;
- ❖ **Plínio Sussekind da Rocha** (1911-1972): Físico, foi catedrático de Mecânica Racional, Mecânica Celeste e Física matemática da FNFi/UB (atual, UFRJ). Teve participação importante na criação e organização do Instituto de Física da UFRJ. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;²⁹
- ❖ **Quirino Campofiorito da Rocha** (1902-1993): catedrático de Artes Decorativas, na Escola Nacional de Belas Artes. Foi aposentado compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;
- ❖ **Sarah de Castro Barbosa** (? - 2018): Física, foi professora do IFCS/UFRJ. Foi aposentada compulsoriamente em abril de 1969 pelo AI-5;

Esses foram os professores atingidos pelo regime militar durante essa segunda onda de expurgos na UFRJ. Afastados com base no AI-5, muitos desses docentes já eram alvos de perseguição político-ideológica desde os primeiros anos do governo, mas devido a seu prestígio, inclusive internacional, e os importantes trabalhos desenvolvidos, acabaram sendo poupados durante a primeira leva de expurgos. No entanto, esse caráter “inconcluso” da Operação Limpeza fez com que, durante essa segunda onda um número maior de professores fossem afastados, revelando assim uma postura ainda mais autoritária adotada pelo governo Costa e Silva, bem como pelo seu sucessor, Emílio Garrastazu Médici.

Como quadro geral de expurgos na UFRJ observamos, portanto, trinta e quatro professores expulsos. Os mecanismos utilizados foram, majoritariamente, os Atos Institucionais 1 e 5, com algumas exceções já apontadas neste trabalho. Segue abaixo um gráfico demonstrando o impacto desses dispositivos repressivos:

²⁹ Em homenagem a professor, a biblioteca do IF leva o nome de Plínio Sussekind da Rocha.

mecanismos utilizados nos expurgos de docentes da UFRJ



Após a Lei de Anistia de 1979, houve um esforço da Reitoria, que na época tinha como Reitor o professor Luiz Renato Carneiro da Silva Caldas, e da recém-criada ADUFRJ em garantir o retorno dos anistiados a seus respectivos cargos na UFRJ. Grande parte dos professores retornaram para seus cargos. Houve também a incorporação de professores vítimas dos expurgos políticos em outras instituições que, após a Anistia, retornaram para a UFRJ. Entre os professores citados nessa pesquisa que retornaram a UFRJ, estavam:

1. Abelardo Zaluar
2. Alvérico Moreira Gomes
3. Eulália Maria Lahmayer Lobo
4. José Américo da Motta Pessanha
5. José Leite Lopes
6. Maria Laura Mouzinho Leite Lopes
7. Maria Yedda Leite Linhares
8. Mário Antônio Barata
9. Moema Eulália de Oliveira Toscano
10. Quirino Campofiorito da Rocha
11. Sarah de Castro Barbosa
12. Oswaldo Herbster de Gusmão

3.3 Uma análise sobre os expurgos políticos dos professores da UFRJ

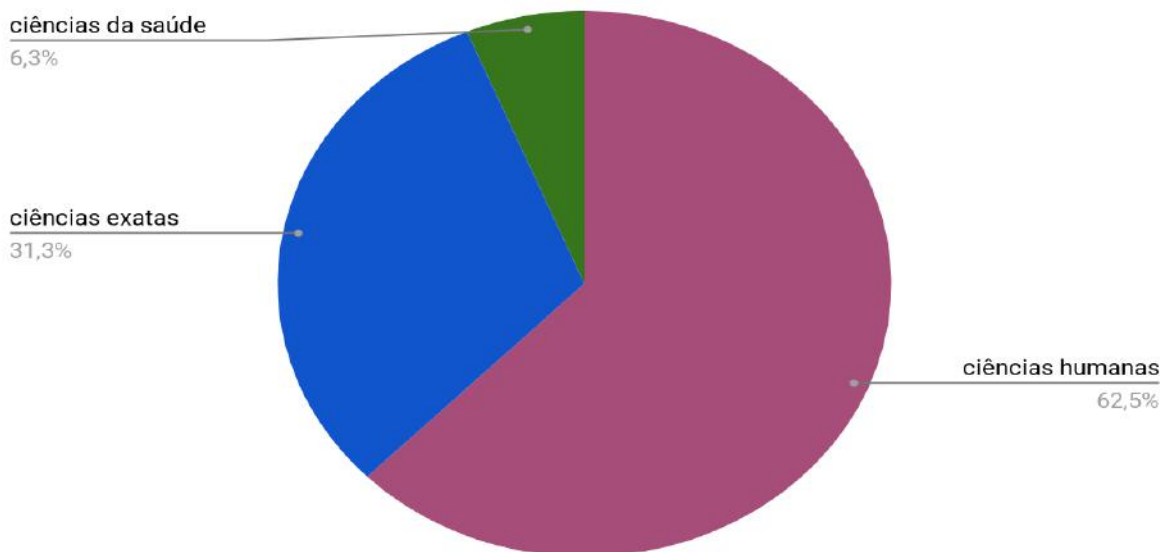
É possível tecer algumas reflexões sobre o caráter desses expurgos políticos, sobretudo, sobre as áreas de conhecimento mais prejudicadas pela perda de quadro de professores através da análise dos dados citados anteriormente.

Sob o viés de uma Reforma Universitária (1968), que combinou a modernização do ensino superior a políticas conservadoras e autoritárias, observamos tanto um maior investimento em infraestrutura e produção científica nos cursos de Ciências Exatas em detrimento às Ciências Humanas, quanto um maior impacto das perseguições político-ideológicas sobre os cursos ligados às humanidades, letras e artes.

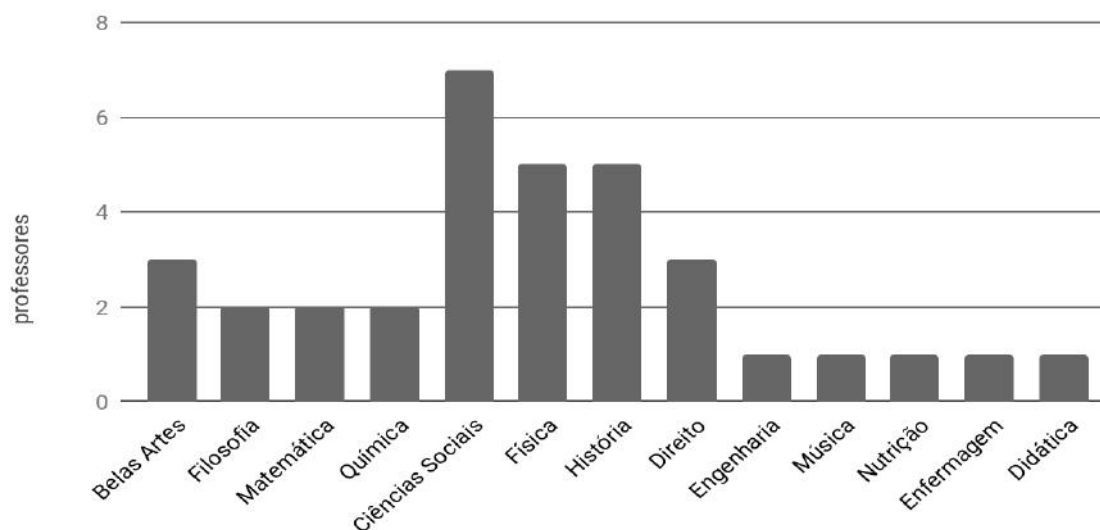
Isso ocorreu em parte porque a modernização e o desenvolvimento das áreas de conhecimento atreladas às ciências exatas e tecnológicas eram compreendidos como estratégicos para o desenvolvimento econômico pretendido para o país. E também porque os ambientes acadêmicos ligados às cursos de humanas, artes e letras eram vistos pelo governo e seus apoiadores como os principais núcleos de proliferação dos ideias à esquerda.

Apresentarei alguns gráficos para ilustrar essa diferença:

Áreas do conhecimento

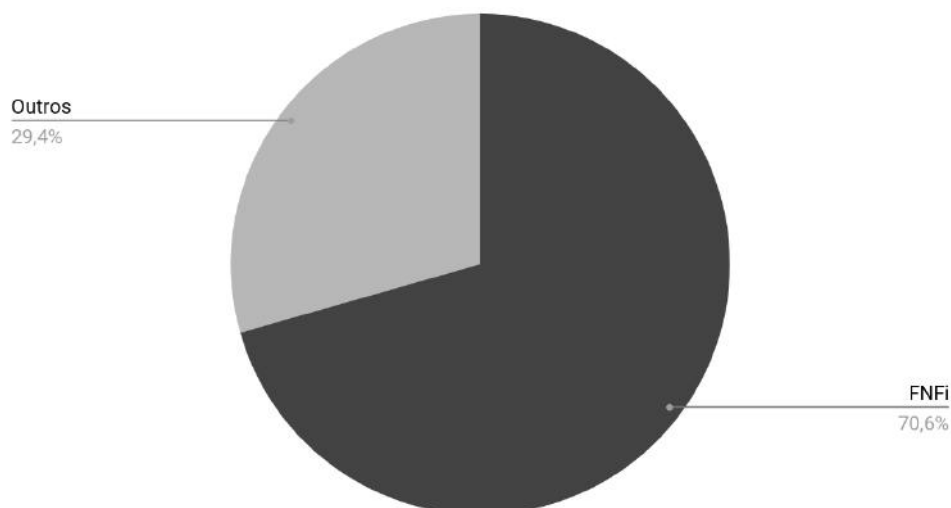


O número de expurgos com relação aos cursos



A partir desses dados, também podemos confirmar algo que foi comentado no primeiro capítulo: o foco maior da repressão dedicado à Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ. Na primeira onda de expurgos, cinco professores foram afastadas pelo AI-1 da FNFi. Antes mesmo do AI-5, durante seu processo de desmembramento, temos a demissão de mais um professor. No período em que o AI-5 (dez/1968) foi editado e começou a ser instrumentalizado pela “limpeza” do regime civil-militar, no início de 1969, a FNFi já havia sido desmembrada, dando origem, em 1967, a duas novas faculdades (Educação e Letras), sete institutos (Filosofia e Ciências Sociais; Biologia; Psicologia; Matemática; Física; Química; Geociências) e uma escola (Comunicação). Com efeito, em 1969, dos vinte e dois professores aposentados pelo AI-5, dezoito professores estavam vinculados a institutos oriundos do desmembramento da FNFi, como podemos observar abaixo:

Professores expulsos da FNFi e/ou de institutos oriundos dela



Outro aspecto importante intrínseco aos expurgos políticos dos professores foi o esvaziamento político promovido por ele. E, apesar de ele ter sido mais profundo nas ciências Humanas - O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais perdeu dez professores só com o AI-5 -, também causou esvaziamento e significativos prejuízos para as demais áreas do conhecimento, como podemos observar no exemplo do Instituto de Física que, com o AI-5, perdeu cinco de seus principais professores e pesquisadores.

O esvaziamento e enfraquecimento de cursos nos quais as ideias de esquerda obtinham mais espaço fez realmente parte do projeto da Reforma Universitária³⁰. Paradoxalmente, o esvaziamento, provocado pela perseguição político-ideológica, em áreas estratégicas para o desenvolvimento da economia nacional foi visto com preocupação por membros do governo. Isso explica o porquê da primeira onda repressiva ter um número expressivamente menor de professores expulsos, como também justifica um outro empenho do governo em diminuir o impacto desse esvaziamento.

A esse esforço atribuiu-se a “Operação Retorno”, implementada pelo governo durante os anos de 1967 e 1968. A problemática da “emigração intelectual” já era observada com preocupação antes mesmo do golpe de 1964. A ausência de infraestrutura e investimentos nas instituições brasileiras faziam com que os intelectuais saíssem do Brasil para desenvolver

³⁰ Para ilustrar essa constatação cito brevemente o caso do curso de História que durante não a reestruturação promovida pela reforma não recebeu status de Instituto, se tornando um departamento subordinado ao IFCS. Para além disso, teve 5 professores aposentados pelo AI-5. Isso gerou sérios prejuízos, como a criação tardia de um programa de pós-graduação. Somente em 1982, com o retorno dos professores anistiados, o programa foi criado, sendo sua primeira coordenada a professora Eulália Lobo.

plenamente suas respectivas pesquisas, denunciando prejuízos para o país. Contudo, com a instauração do regime militar pode-se somar a essa problemática a emigração política.

A Operação Retorno tinha como objetivo diminuir esse “êxodo intelectual”, convidando aos pesquisadores a retornar ao país sob as promessas de melhores condições de trabalho, fortalecendo, assim, os quadros das instituições.

Um caso interessante de professor que voltou ao país através da Operação Retorno é o do físico José Leite Lopes. Sobre esse episódio, Motta (2014, p.86) destacou que

Leite Lopes integrava o rol de suspeitos do aparato repressivo por suas ideias nacionalistas de esquerda. Por isso, incomodado com o clima de perseguições e insegurança instalado pós-1964, ele aceitou o convite para trabalhar na França. No primeiro semestre de 1967, resolveu voltar ao país, em parte sensibilizado pelo manifesto dos estudantes solicitando seu retorno, em parte com a esperança de que a situação política melhorasse com o novo governo e a nova Constituição. Ele reassumiu seus cargos no CBPF e na UFRJ, e logo em seguida aceitou convite do reitor Muniz de Aragão para organizar e dirigir o Instituto de Física. O instituto seria uma das novas unidades da UFRJ resultantes da reforma universitária, criado a partir do antigo curso de física da FNF_i, e deveria funcionar na Ilha do Fundão.

Contudo, com o AI-5, José Leite Lopes foi aposentado do seu cargo na UFRJ e no CBPF. O Ato Institucional n.5 ocasionou o fracasso da Operação Retorno, aumentando o clima de insegurança nas universidades brasileiras.

Podemos concluir, portanto, que o esvaziamento, não só intelectual, mas também político e cultural das universidades foi ao mesmo tempo um projeto, e em alguns casos uma consequência indesejada, dos mecanismos coercitivos criados pelo regime civil-militar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado, pode-se concluir que o regime civil-militar teve grande impacto nas universidades brasileiras. Suas reformas e políticas voltadas para o espaço da academia revelaram a ambiguidade e complexidade de uma relação de dependência mútua. A negociação, adesão e acomodação fazem parte dessa complexidade, para além do mito construído da universidade como um lugar de resistência ao autoritarismo.

Como podemos ver, a Universidade foi - e ainda é -, permeada pelo conservadorismo e, também, pelo elitismo. A UFRJ traduz bem esse cenário. Primeira Universidade do país concebida como um lugar de formação intelectual das elites, no momento do golpe, tinha em seu quadro de funcionários membros da elite que, como bem sabemos, apoiaram o golpe ou, ao menos, não ofereceram grande resistência em um primeiro momento.

Ao escolher tratar da especificidade dos docentes atingidos pelos expurgos políticos quis trazer dois novos aspectos aos diversos trabalhos realizados em torno da ditadura militar e a universidade. Primeiro lançar o olhar sobre um novo grupo que não os estudantes. E, ao ter como objeto de análises esse grupo de professores impedidos de exercer suas posições na Universidade, compreender o impacto que essa “perda de cérebros” gerou no desenvolvimento e na produção de conhecimento da instituição.

Para além do esvaziamento intelectual, faz-se importante pensar o esvaziamento político promovido na academia. A limpeza das ideias que se opunham ao *establishment* do governo promoveu um evidente empobrecimento das produções acadêmicas. A pluralidade de ideias e a liberdade de pensamento são premissas fundamentais para um espaço que pretende a produção de conhecimento.

Em meio aos debates de Justiça de Reparação e Dever de Memória, inaugurados no país pela instalação tardia da Comissão Nacional da Verdade, bem como, ao avanço do conservadorismo e revisionismo histórico no país, promover pesquisas e produção de conhecimento sobre o nosso passado autoritário é de suma importância.

Lançar luz sobre a verdade dos fatos, compreender o impacto da repressão do regime militar, e pensar em ações pragmáticas de reparação é o papel de toda sociedade, e, no tocante dessa pesquisa, responsabilidade de toda a comunidade acadêmica. Essas políticas não devem ter como intuito apagar ou esquecer o passado autoritário. O compromisso deve ser em prol da construção de conhecimento sobre esse passado, através do levantamento de informações, composição de um acervo, além da concepção de lugares de memória que permitam uma reflexão constante sobre o momento vivido.

Além disso, essa pesquisa buscou trazer à análise toda a multiplicidade de relações estabelecidas entre a maior Universidade do Brasil e os governos do regime civil-militar (1964-1985). Os membros do corpo universitário que apresentaram pensamentos dissonantes do regime foram duramente perseguidos e extirpados do cotidiano acadêmico da Universidade. As disputas em torno da repressão ditatorial e a resistência representa uma faceta dessa relação, contudo, não traduzem a complexidade do período.

Assim como em outras universidades, a UFRJ foi palco de acordos explícitos e implícitos entre seus gestores, intelectuais e professores com os representantes do governo autoritário e seus interesses. Para além de uma relação puramente coercitiva, foram estabelecidas redes de conveniência e interesses particulares que enxergavam nas reformas modernizadoras, mas ao mesmo tempo conservadoras e autoritárias, oportunidades de ascender profissionalmente.

O colaboracionismo explícito motivado, principalmente, por questões pessoais foi, portanto, acentuado por um processo de adesão e acomodação de membros da Universidade que não queriam estar à margem do processo de modernização do ensino superior e do crescente incentivo ao desenvolvimento científico nacional. Os vinte e um anos de intervenção direta do governo na autonomia universitária não foi atravessado somente pela censura e pela violência estatal, mas igualmente por negociações e pela participação de civis de representantes da Instituição.

5. REFERÊNCIAS

- Associação dos Docentes da USP. **O Controle Ideológico na USP: 1964-1978**. São Paulo: Adusp, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo**. São Paulo, v. 11, n. 29, p. 169-194, 1997.
- BOAS, Glauca Villas. **80 anos de Ciências Sociais na UFRJ: relembrando o pioneirismo dos projetos Grupos Econômicos (1962) e Trabalhadores Cariocas (1987)**. Rio de Janeiro. v. 9, n. 1, p.297-312, 2019.
- BONIFÁCIO, Laís Mendes. **Produção de material didático nas décadas de 1960 e 1970: os cadernos MEC de matemática**. XXIII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação em Matemática. UNICSUL - Campus Anália Franco, São Paulo, 2019.
- CAMARGO, Alessandra Lopes. O dever de memória do Estado no processo de justiça de transição no Brasil. In: **Ideias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Campinas: UNICAMP, v.7, n.1, p.249-279, jan/jul 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio. O fracionamento da Faculdade de Filosofia da UFRJ: entre o real e o presumido. In: **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n.29, 2019.
- DICIONÁRIO de verbetes biográficos. Raimundo Augusto de Castro Muniz de Aragão. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/raimundo-augusto-de-castro-muniz-de-aragao>> Acesso em: 12/12/2019.
- DICIONÁRIO de verbetes biográficos. Max José da Costa Santos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/max-jose-da-costa-santos> Acesso em: 12/12/2019.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: UFRJ; INEP, 2000.
- _____. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Curitiba, n. 28, p. 17-36, dez. 2006.
- _____. **A UNE em tempos de Autoritarismo**. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1995.
- FERNANDEZ, Cecília de Souza. **A vida de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes**. Mulheres da Matemática. Niterói: UFF, 2018.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). In: **História da Historiografia**. Ouro Preto: Edufop, 2013, n.11, p.65-84, dez.2013.

_____. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. In: **Ciência e Cultura**, v.66, n.4, São Paulo, out-dez, 2014.

FORTES, Alexandre; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. **Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)**. Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE-UFRJ). Rio de Janeiro, 2014.

FREITAS, Adriana da Silva. **Repressão aos estudantes da UFRJ no cenário ditatorial**. 2014. Dissertação (Mestrado-Pós-Graduação em Serviço Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

HEYMANN, Luciana. O dever de memória na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, A. C. (Org). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p.15-43.

LEMONS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. In: **Topoi**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 3, n. 5, p. 287-313, dez. 2002.

LUZ, Elaine Coelho da. **As lentes de Guy de Hollanda: a disciplina história na obra “Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro**. 2016.

MAIA, Elias da Silva. História Política e Cultural da Ciência Brasileira no Período da Ditadura Militar. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

MOREIRA, Ildeu de Castro. As Ciências, a ditadura e os físicos. In: **Ciência e Cultura**. São Paulo, v..66 n.4, out./dez. 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 9, n. 16, p.30-67, Jun. 2008.

MÜLLER, Angélica e FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. **Ciência e Cultura**. São Paulo. v.66; n.4. out./dez. 2014.

MÜLLER, A. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. **Revista Acadêmica Dimensões**. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira, v.32, p.128-147, 2014.

PEREIRA, Ludmila Gama. A construção do saber histórico e projeto social: Os historiadores da UFRJ na época da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). **Anais do XIII Encontro de História**, Anpuh. Rio de Janeiro, 2008.

QUEIROZ, Andréa C. B. A memória institucional e os impactos da repressão na UFRJ (1964-1985). In: Anais do Encontro Internacional e Encontro de História - ANPUH-RIO. Niterói: UFF, 2018.

RODRIGUES, Fabiana de Moura Maia. Os anos iniciais da Faculdade de Educação da UFRJ: a era da improvisação. In: **Revista Contemporânea de Educação**, v.8, n.15, jan/jul de 2013.

FONTES:

Arquivo Histórico do Jornal do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro
Jornal - CREMERJ (1966)

Boletins UFRJ (1964-1969)

Diário Oficial (1969)

Correio da Manhã (1964 - 1974)

Jornal do Brasil (1964 - 1985)

SITES:

Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/> Acesso em: 12/12/2019.

ADUFRJ. Disponível em: <http://www.adufrj.org.br/index.php/pt-br/> Acesso em: 12/12/2019.

Arquivos Históricos do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência - UNICAMP. Disponível em: <https://arqhist.cle.unicamp.br/index.php/hugo-regis-dos-reis> Acesso em: 12/12/2019.

Brasil Nunca Mais Digital. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/> Acesso em: 12/12/2019.

Casa de Oswaldo Cruz. Base Arch. Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/manuel-isnard-teixeira-2> Acesso em: 12/12/2019.

Coppe UFRJ. Disponível em: <https://coppe.ufrj.br/pt-br/planeta-coppe-noticias/perfil/alberto-luiz-galvao-coimbra-o-idealismo-em-acao> Acesso em: 24/12/2019

ESCRITÓRIODEARTE.COM. Disponível em:

<https://www.escriitoriodearte.com/artista/quirino-campofiorito> Acesso em: 12/12/2019.

Fragoso Advogados. Disponível em: <http://www.fragoso.com.br/quem-somos/helena-fragoso/>

Acesso em: 12/12/2019.

Instituto de Química/UFRJ. Disponível em: <https://www.iq.ufrj.br/> Acesso em: 12/12/2019.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em:

<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/mabarata.html> Acesso em: 12/12/2019.

Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/> Acesso em: 24/12/2019.

Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/> Acesso em: 24/12/2019.

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Ciência na Ditadura. Disponível em:

<http://site.mast.br/ciencia%5Fna%5Fditadura/> Acesso em: 12/12/2019.